

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Fernanda Ciandrini

A NATUREZA DO/NO MST

Rio Grande

2010

Fernanda Ciandrini

A NATUREZA DO/NO MST

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial à titulação de Mestre em Educação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Carlos RS. Machado

Rio Grande

2010

C566n Ciandrini, Fernanda

A natureza do/no MST / Fernanda Ciandrini de
Mendonça. - 2010.

85 f.

Orientador: Prof. Dr. Carlos RS. Machado

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio
Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação
Ambiental, Rio Grande, RS/2010.

1. Natureza. 2. Crise Ambiental. 3. Reforma Agrária.
4. MST. 5. Educação ambiental. I. Machado, Carlos RS.
II. Título.

CDU 504.03:37

Catlogação na fonte Alessandra de Lemos Bibliotecária CRB10-1530

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sérgio e Estela, pelo incentivo de sempre.

À minha filha, Bruna, pela parceria, compreensão e amor.

Ao meu companheiro, Marlon, pela dedicação, carinho e paciência.

Ao meu orientador, Carlos Machado, pela generosidade ao compartilhar conhecimentos.

Aos colegas de curso, professores, funcionários da FURG e queridos amigos que encontrei em Rio Grande.

À CAPES, pela bolsa de estudos que viabilizou a realização desta pesquisa.

Muito obrigada!

*Nada é impossível mudar
Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar."*

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente trabalho investiga a natureza do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, através da análise de alguns documentos políticos, buscando esclarecer de que forma as questões relativas à natureza/meio ambiente foram incluídas em suas principais reivindicações, mais precisamente, a maneira que se deu a ampliação da natureza deste Movimento, em seu caráter político, hoje, vinculado às questões ambientais, bem como, de que forma as concepções de natureza/meio ambiente vem sendo tratadas pelo MST em alguns documentos utilizados na formação de sua militância. O material analisado foi selecionado tendo como critérios, sua relevância histórica e variedade de nichos que visam atingir, assim como, o intervalo de tempo existente entre as publicações, buscando compreender a evolução de seu discurso a respeito da temática. Selecionamos como categoria a Natureza, compreendida como natureza física, natureza humana e natureza produzida, admitindo que estas se influenciam mutuamente. Fundamentamo-nos em DUARTE (1995), GOHN (2007), MACHADO (2009), MARX (2004,2007), PORTO-GONÇALVES (2001, 2006), STEDILE (2004, 2005) dentre outros. Utilizamos a abordagem qualitativa na análise bibliográfica sob o prisma do materialismo histórico, buscando interpretar a configuração de tais mudanças, em um determinado tempo histórico, e destacamos que a ampliação da natureza do Movimento se conforma um processo de preparação para o enfrentamento de novas disputas que se dão em tempos de crise ambiental em evidência, bem como, que, a evolução de suas concepções sobre natureza/meio ambiente ocorreu em consonância com a associação das causas ambientais à sua principal bandeira de luta, a reforma agrária. Ressaltamos, também, a importância do MST, no atual cenário de crise socioambiental mundial, como sujeito atuante que se coloca à frente do debate, propondo alternativas para um novo modelo de desenvolvimento que inclui o acolhimento da preocupação com as questões ambientais nas relações de produção e reprodução da sociedade.

Palavras-chave: Natureza; Crise Ambiental; Reforma Agrária; MST.

ABSTRACT

This study investigates the nature of the MST (Acronym in Portuguese for Movement of Landless Rural Workers), through the analysis of some political documents, seeking to clarify how the issues concerning to the nature / environment were included in their key demands, more precisely, the way that the expansion of the nature of the movement in its political character, today, linked to environmental issues, as well as how the concepts of nature / environment has been treated by the MST in some documents used in formation of its activism. The material was analyzed using as criteria, its historical relevance and variety of niches that seek to achieve, as well as the time interval between publications, trying to understand the evolution of its speech about the topic. We selected as a category the Nature, understood as physical nature, human nature and fabricated nature, assuming that they influence each other. We based this work in DUARTE (1995), GOHN (2007), MACHADO (2009), MARX (2004, 2007), PORTO-GONÇALVES (2001, 2006), among others. We used a qualitative approach in bibliographic analysis through the prism of historical materialism, seeking to interpret the configuration of such changes in a particular historical time, and we emphasize that the expansion of the nature of the movement conforms a process of preparation for facing new disputes occur in times of obvious environmental crisis, and that the evolution of its ideas about nature / environment was in line with the association of environmental causes of its main battle flag, the agrarian reform. We stress also the importance of the MST, in the current scenario of global social and environmental crisis, as a leading actor in the front of the debate, proposing alternatives to a new development model that includes the host's concern with environmental issues in the relations of production and reproduction of society.

Keywords: Nature; Environmental Crisis; Agrarian Reform; MST.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A CRISE AMBIENTAL E O FUTURO DO PLANETA	16
1.1 Movimentos Sociais e Meio Ambiente – uma relação fundamental	21
1.2 A Terra e o acesso à terra no capitalismo	26
2 A NATUREZA DO MST	31
2.1 A questão da terra e do latifúndio na História do Brasil	31
2.2 O MST e o século XXI	36
3 A NATUREZA NO MST	42
3.1 A Natureza/meio ambiente na história do MST através de seus documentos	45
3.1.1 Resoluções dos Congressos	46
3.1.2 Linhas Políticas confirmadas no IV Congresso Nacional do MST	46
3.1.3 Carta do V Congresso Nacional do MST	48
3.1.4 Quem Somos - 2007 e 2009	49
3.1.5 Propostas do MST para a Reforma Agrária	52
3.1.6 Programa de Reforma Agrária do MST 1984	53
3.1.7 Proposta de Reforma Agrária do MST 1995	53
3.1.8 Proposta de Reforma Agrária Popular 2009	56
3.2 A natureza/meio ambiente nos documentos de formação e de educação do MST	59
3.2.1 Caderno de Educação nº8	60
3.2.2 Caderno do Educando – Nossos valores	61
3.2.3 Cartilha de Formação das Brigadas	63
3.2.4 Caderno de Debates nº1	65
4 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE NATUREZA DO/NO MST	68
4.1 Considerações sobre A Natureza <i>do</i> MST	68
4.2 Considerações sobre A Natureza <i>no</i> MST	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

No decurso da graduação pelo Curso Superior de Gestão Ambiental, em Recife/ PE, no Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFETPE, entre os anos de 2004 e 2007, que tinha como um dos objetivos formar gestores/as - educadores/as ambientais, estive em contato permanente com as questões educacionais e socioambientais através de diversas vivências propostas pelo curso, que, durante toda sua trajetória, teve em foco o viés educacional interdisciplinar, levando os/as alunos/as a atuarem como educadores/as em diversas intervenções de educação ambiental em comunidades carentes, inclusive em outros estados da região Nordeste.

Neste período, participei do grupo de pesquisa sobre Educação Ambiental e Movimentos Sociais do CEFETPE – primeiramente como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC - oferecido pelo CEFETPE e, posteriormente, como bolsista PIBIC/CNPq - durante dois anos, no qual pesquisei o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Escolhi este Movimento como campo da minha pesquisa por considerar de fundamental importância sua atuação no processo atual de transformação social. Mas, além disso, se assume como um movimento socioambiental já que sua principal luta relaciona-se com uma questão ambiental – a má distribuição de terra¹.

Me chama atenção também, o fato de que a formação de militantes é outro tema importante para o MST, este, prioriza a formação de seus integrantes em diversos espaços da educação formal, desde escolas municipais e estaduais às universidades, preocupando-se com o ensino-fundamental, alfabetização de jovens e adultos e formação de técnicos e educadores em nível médio e superior, entre outras ações, fora dos espaços formais (escolas), de formação de sua militância .

Na pesquisa durante a graduação, surgiram artigos e uma monografia sobre esta temática, como o artigo publicado nos cadernos temáticos do MEC – “Da Sala de Aula para o Assentamento”; trabalhos apresentados em congressos, encontros e seminários, discutindo a relação do MST com a Educação Ambiental, as relações socioambientais no Assentamento Pedro Inácio, Nazaré da Mata – PE. Além disso, desenvolvi oficinas de intervenção sempre

¹ Segundo o palestrante, integrante do MST, Edson Cadore, no V Congresso Íbero Americano de Educação Ambiental que aconteceu na cidade de Joinville, Santa Catarina, em Abril de 2006, do qual participei.

ressaltando a importância da participação de docentes e discentes nessas ações. Portanto, de uma formação dialógica, entre ambos, no contexto no qual estão inseridos.

Na monografia de conclusão do curso intitulada “O Sujeito Ecológico e o MST”, investiguei a contribuição do MST na formação de *sujeitos ecológicos* (CARVALHO, 2006) e sua relação com a Educação Ambiental. Durante a análise dos resultados, observei que o foco da problemática ambiental estava mais voltado à forma como se dá a produção nos assentamentos e acampamentos. No entanto, percebi também que o sujeito ecológico sem-terra identifica a existência de uma relação de conflitos entre o meio ambiente e as atividades humanas – no trabalho, nas relações humanas, na convivência familiar, social etc. Disso, afirmaria que são produzidos valores, os quais se traduzem em suas práticas cotidianas, perceptível pela sensibilização com as questões ambientais, e de que, a mesma relaciona-se com as possibilidades de uma melhoria na qualidade de vida.

Esse estudo despertou em mim, a vontade de continuar aprofundando estas temáticas, bem como, atuar junto a grupos sociais e realizar ações, formais, informais e não formais no contexto educacional socioambiental. Em decorrência disso é que busquei o Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental - PPGA, visando ampliar meus conhecimentos sobre a temática, mas, ampliei a perspectiva incluindo as relações sociais e políticas com o meio ambiente. Inspiro-me, neste caso, em Frederico Loureiro (2004, p. 24), que vê “*a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.*”

Assim, foi emergindo uma preocupação com questões como: qual seria a natureza do MST no cenário atual, de ofensiva neoliberal e de emergência de novos movimentos sociais em diversos países da América Latina; que mudanças podem ter sido feitas, ou foram feitas, em seu caráter/natureza, a fim de agregar novos valores condizentes com o contexto atual da crise ambiental, nas últimas décadas em seus documentos a partir disso; e que contribuições podemos tirar disso e deste movimento social para a educação ambiental, os fundamentos da educação ambiental e os movimentos sociais mais amplos. Além de compreender o espaço que ocupa, procurei entender como a questão ambiental vem sendo trabalhada pelos setores mais estratégicos do movimento, mais precisamente, qual seria a concepção de natureza/meio-ambiente nos documentos produzidos para auxiliar a formação de sua militância. Ou seja, esta pesquisa dá continuidade aos estudos anteriores, mas vai além, a partir da minha trajetória posterior, bem como dos estudos e aprofundamentos realizados desde então.

Tivemos como campo de pesquisa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que entendo como uma organização de pessoas que atuam no cenário nacional em prol da reforma agrária e da efetivação do direito à cidadania, e, enquanto tal, um movimento de transformação social. Portanto, na realização desta investigação utilizamos o enfoque do materialismo histórico que, conforme Triviños (1987, p. 51-52),

É a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. (...) O materialismo histórico ressalta a força das idéias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou. Por isso, destaca a ação dos partidos políticos, dos agrupamentos humanos etc., cuja ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais.

A abordagem qualitativa foi escolhida, pois seus pressupostos teóricos, que trabalham com interpretações, descrições e comparações, se aproximam do que pretendíamos com esta pesquisa, pois esta abordagem, segundo Minayo (1994, p. 21-22),

(...) se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações de variáveis.

Portanto, diante disso e tendo estes parâmetros, o **problema** que orientou nossa pesquisa foi: “Quais as concepções de natureza presentes nos documentos, políticos e de formação, do MST e como estão se produzindo essas concepções nos documentos de formação da sua militância”. Para seu equacionamento, relacionei, a seguir, os objetivos, como guias para investigação que realizamos.

1) Objetivo geral:

- Investigar nos documentos (políticos e de formação) a natureza deste movimento e a concepção de natureza/meio ambiente.

2) Objetivos específicos:

- Compreender a natureza do MST;
- Identificar como se apresenta a concepção de natureza/meio ambiente no Movimento;
- Verificar como se apresentam (nos documentos políticos e de formação) as concepções de natureza do/no Movimento.

Para atingir esses objetivos, e, portanto, dar conta de meu problema de pesquisa, fiz um estudo bibliográfico em documentos que me ajudaram a compreender a natureza do MST, enquanto movimento social na atualidade, e também, de como o tema natureza/meio ambiente aparece nos mesmos: resoluções de congressos, propostas de reforma agrária e página eletrônica do MST. Em seguida, foquei nos documentos utilizados para auxiliar a formação da sua militância – Caderno de Educação nº8, Caderno do educando – Nossos Valores, Cartilha de Formação das Brigadas e o Caderno de Debates nº1 – buscando identificar de que maneira se apresentam as concepções de natureza nestes documentos. Assim, colhi dados que me permitiram interpretar, através de sua análise, as concepções de natureza, do/ no MST, como essas concepções estão sendo produzidas, como vem trabalhando suas idéias a respeito da relação dos humanos, entre si e com a natureza, e de que forma vem enfrentando a problemática ambiental que, todos/as, vivenciamos atualmente.

Os dados e informações dos documentos sistematizados constituíram o material empírico que foi interpretado visando dar conta do problema. A análise e a interpretação deste material foram realizadas à luz de minha fundamentação teórica e como metodologia utilizei a análise de conteúdo para examinar as *comunicações entre os homens*, procurando dar ênfase ao conteúdo das *mensagens* extraídas dos documentos investigados. Para tanto, segui as três fases que envolvem a análise de conteúdos: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (MINAYO, 1994). Na pré-análise, sistematizei o material apanhado para organizar melhor seu conteúdo.

Destaco, no entanto, a dificuldade em estabelecer um limite sobre o total do material a ser analisado, já que a produção bibliográfica, do e sobre o MST, é bastante vasta, visto o seu tempo de atuação e a sua notoriedade na mídia. E, além disso, por se tratar de um movimento vivo, novos fatos surgem diariamente, o que dificulta mantermos o foco num determinado tempo histórico. Neste sentido, as afirmações e conclusões se basearão nos documentos e dados que aqui foram sistematizados, e, portanto, é uma interpretação a partir dos mesmos, não se propondo a versão verdadeira ou a mais correta sobre a temática neste movimento social.

Outra dificuldade que encontrei foi dar conta de todas as propostas que havíamos feito no projeto. Naquele, pretendia realizar, além da pesquisa documental, uma pesquisa de campo. Alertados pela banca avaliadora, na defesa do projeto, resolvemos então, na etapa seguinte à qualificação, fazer recortes conforme a sugestão da banca, e fiar apenas na pesquisa documental, que corresponde satisfatoriamente às necessidades do exercício de dissertar, proposto pelo curso de mestrado, e que, como constatamos no final do processo, é bastante

enriquecedora.

Para tanto, selecionei o material - **os documentos políticos** - usando como critério sua importância histórica e objetiva, conforme corroborado ou citado em diferentes textos e destaques dados pelos autores estudados. Mas também, conforme os objetivos de nossa pesquisa. Na seleção dos **documentos de formação** busquei acessar diferentes tipos - um voltado ao setor de educação, outro diretamente aos educandos, uma cartilha de formação organizacional e um caderno de debates dirigido ao movimento como um todo.

Procurei, também, selecioná-los tendo como base a época em que foram produzidos e o período de tempo passado entre eles, assim, pude acompanhar as alterações do discurso.

Na fase exploratória da pesquisa, orientada pela discussão teórica, estabeleci a categoria Natureza para ser investigada, dividindo-a em dois aspectos: a natureza enquanto caráter e a natureza física, natureza/meio ambiente. Neste sentido me orientei em Minayo (1994, p. 70):

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. (...) As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, idéias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso.

Ao tratar os dados obtidos, através de tabelas onde constam os destaques dos documentos, fiz uma comparação entre os dois aspectos, definidos na fase exploratória, buscando suas relações, coerências e contradições. Após compreender os dados, interpretei os resultados, amparada pelo referencial teórico, sempre atenta às questões ideológicas e aos demais aspectos da realidade pesquisada. Assim se desenvolveu o processo de investigação que resultou este relatório que apresento a esta banca e ao programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

Sendo assim, o presente trabalho se apresenta da seguinte forma:

No capítulo a seguir - Capítulo 1 - num primeiro momento, expomos o contexto da crise ambiental mundial, a trajetória das discussões a respeito desta problemática e como se configura hoje. Destaco que esta crise, em minha interpretação, envolve aspectos ambientais e sociais, ocorre e se agrava, devido à mudança do modelo produtivo adotado e intensificado após a revolução industrial. Mas também, que tal realidade e crise, se relacionam à crise do paradigma mecanicista que não reconhece a relação de interdependência entre os seres humanos e a natureza, e baseia-se na exploração infinita de recursos naturais finitos, o qual sustenta aquela sociedade e suas concepções de desenvolvimento. Disso decorre a conclusão

da necessidade de mudança do paradigma de desenvolvimento e, para tanto, ressaltamos a importância da atuação dos movimentos sociais para que tais transformações ocorram, bem como das concepções educacionais, em nossa relação com a natureza e com o Planeta. Destacamos como principais fontes para esta reflexão, entre outros autores, PORTO-GONÇALVES (2006), SANTOS (2006) e WALLERSTEIN (2003).

O aprofundamento dos argumentos sobre a importância da relação entre os movimentos sociais e o meio ambiente apresentamos no segundo momento deste capítulo. Para isso, nos fundamentamos na teoria de GOHN (2007), PELICIONI (2004) e PORTO-GONÇALVES (2001), entre outros, ao afirmarmos que a urgência da problemática ambiental vem trazendo para discussão novos atores, os movimentos sociais, que em suas reivindicações, independente do foco da sua luta, tem anunciado a necessidade de mudanças nas relações sociais entre si e com a natureza. Entre esses movimentos destacamos o MST, a partir da compreensão de que a questão agrária deve ser tratada como uma problemática socioambiental.

Para explicarmos melhor esta associação, entre às questões relativas à distribuição da terra e o meio ambiente, buscamos em MARX (2004, 2007) e WOSTER (2003), elementos que contribuíram para nossa compreensão de que a atividade agrícola está entre as que mais aproximam o homem da natureza e que o modo de produção capitalista tem dificultado essa aproximação.

Na etapa seguinte, Capítulo 2, falamos sobre o MST, de forma a contextualizá-lo no cenário político atual, para isso, apoiamos-nos na análise de STRAZZACAPPA (1999) acerca da evolução da legislação brasileira, no que se refere à questão agrária, onde encontramos avanços e retrocessos, porém, poucas mudanças efetivas.

O passo seguinte foi apresentar o MST como um novo movimento social, a partir de sua bandeira anunciada desde a sua criação, até a incorporação da questão ambiental à sua luta. MORISSAWA (2001), MACHADO (2008), PALUDO (2008) e PORTO-GONÇALVES (2005) foram as principais fontes que nos fizeram refletir e perceber que o Movimento acerta quando propõe aderir às causas ambientais, pois assim, torna-se ator de um debate mundial, ganhando notoriedade e se fazendo ouvir.

Em seguida, na introdução do Capítulo 3, esclarecemos o que entendemos por natureza, apoiados por DUARTE (1995), LEFF (2006) e TAKS (2007), entre outros, explicamos que acreditamos na existência de uma natureza física - a Terra e seus elementos, a natureza humana - constituída por nós, seres humanos e a natureza produzida - que emerge da relação entre as outras duas, ou seja, a própria sociedade. E ainda, acreditamos que, a própria

natureza e seu conceito, se desenvolvem de acordo com o paradigma estabelecido em cada época, portanto, estão em permanente processo de mudança e adaptação.

No desenvolvimento do Capítulo 3, sistematizamos documentos políticos e de formação produzidos pelo MST afim de compreendermos a natureza do e no Movimento.

Os documentos políticos analisados foram: as resoluções do IV e V Congressos Nacionais, que aconteceram nos anos de 2000 e 2007, respectivamente; a seção “Quem Somos” publicada na página eletrônica do Movimento em 2007 e 2009; e por fim, três propostas de Reforma Agrária elaboradas pelo Movimento em 1984, 1995 e 2009. Com base nesse material pudemos perceber a ampliação da natureza do Movimento, que não abandona o caráter político, assumindo a luta de classes, mas incorpora à questão política as questões ambientais. A preocupação ambiental se relaciona ao combate à opressão, imposta pelo agronegócio (hoje, seu principal oponente), visto que, precisam propor uma outra forma de produzir, diferente da adotada pelo modelo vigente que tem contribuído, negativamente, de forma significativa no agravamento da problemática ambiental.

Para a análise sobre a forma como as questões ambientais vem sendo tratadas na formação da militância do MST, utilizamos o Caderno de Educação nº 8, o Caderno do Educando – Nossos Valores, a Cartilha de Formação das Brigadas e o Caderno de Debates nº1, publicados em 1996, 2000, 2005 e 2009. Nestes documentos encontramos novos significados atribuídos à símbolos e valores do Movimentos, assim como, a evolução do pensamento acerca das questões ambientais, em sincronia com as decisões políticas traçadas ao longo da trajetória do MST, visando preparar-se para debate decisivo das últimas décadas sobre a solução dos problemas socioambientais.

Após essa etapa, de sistematização dos dados, fazemos, no Capítulo 4, a análise do desenvolvimento do conceito de Natureza do e no MST.

Por fim, nas considerações finais, Capítulo 5, fazemos uma reflexão entre o que compreendemos com a análise dos dados e nossa fundamentação teórica. Assim, acreditamos ter atingido nossos objetivos e respondido à problemática da pesquisa: a natureza do MST e de como se evidenciam aspectos de uma concepção de natureza/meio ambiente no MST. Ressaltamos também a importância desses estudos para nossa formação, enquanto educadores ambientais e ainda, enquanto cidadãos, privilegiados por vivenciar uma época farta de possibilidades, onde novos caminhos precisam e estão sendo abertos, apesar de tantas dificuldades.

1 A CRISE AMBIENTAL E O FUTURO DO PLANETA

Iniciamos dizendo que compreendemos que o homem, ao se relacionar com a natureza, transforma-a, transformando a si mesmo. Sendo assim, podemos dizer que a atividade humana gera impactos ambientais e sociais, independente da sua intencionalidade. Portanto, acreditamos que a crise ambiental que assistimos – escassez e poluição da água, desmatamento, perda de biodiversidade (animal e vegetal), poluição do ar, aumento da pobreza, aquecimento global, etc. - se deu pelo fato de as sociedades terem modificado, de forma bastante ampla, suas atividades produtivas, seguindo um modelo produção e de pensamento que separa o homem da natureza, compreendendo-a apenas como provedora de matérias primas, não reconhecendo a dependência existente entre sociedade e ambiente. Reafirmando essa idéia, citamos Porto Gonçalves (2006, p. 83) quando diz que “(...) *é preciso assinalar o absurdo que é a idéia, no mundo moderno-colonial tornada tão natural, que separa natureza de cultura, homem de natureza.*”

Ainda assim, a preocupação com a degradação, humana e da natureza, não é um fato recente. Destaque-se Pelicioni (2004, p. 431) ao afirmar que,

A preocupação com a degradação humana e ambiental não é nova. Muito antes de a problemática socioambiental configurar-se como uma crise global houve vários alertas a esse respeito ao longo da história. (...) Na Antiguidade, Platão, por exemplo, já denunciava problemas de erosão dos solos e desmatamento nas colinas da Ática.

Mas, foi a partir da sociedade industrial, nos últimos dois séculos, que se acelerou a destruição da natureza, por meio da exploração excessiva dos seus recursos, em decorrência da sociedade capitalista. A definição desse sistema produtivo / econômico capitalista como a melhor opção para o “desenvolvimento” se dá no século passado, depois da segunda guerra mundial - com o processo de reconstrução da Europa. Com a emergência do sistema de “bem estar”, ampliando o consumo, instituindo a “sociedade de consumo” intensificando a exploração da natureza em busca de matérias primas para a indústria, emergem também, as questões acerca dos limites dessa exploração, da busca do progresso sem fim e em decorrência, nas últimas décadas, da crise ambiental.

O sistema industrial, pautado no progresso e crescimento ilimitado, adotado - pelos países (inclusive alguns considerados como “subdesenvolvidos ou em desenvolvimento”),² liderados pelos Estados Unidos e pela Europa capitalista - como primordial para o

² Baseados no modelo de desenvolvimento voltado para o mercado, onde os principais traços dessa nova economia mundial estão direcionados à escala global (SANTOS, 2005).

desenvolvimento, trouxe à comunidade científica e a alguns movimentos ecológicos, preocupações com a magnitude da extração dos recursos naturais finitos, observadas alterações ambientais causadas pela intensificação das atividades humanas. “*Esta preocupação indica a crise do modelo desenvolvimentista que prometeu o atendimento das necessidades humanas pela via do crescimento econômico e a modernização tecnológica*” (Scotto, 2007, p. 17).

Ao mesmo tempo, se no passado o modelo de desenvolvimento e as concepções a ele subjacentes, tinham separado os humanos da natureza, agora, cada vez mais se evidencia que são as ações humanas, sobre a natureza, os agravantes da crise ambiental. Portanto, as relações dos humanos entre si e com a natureza passam a ser consideradas parte integrante de toda a dinâmica que envolve as questões pertinentes ao desenvolvimento das nações. Krüger (2001, p. 39) observa que,

(...) à medida que iam sendo discutidos temas relacionados ao meio ambiente, acontecimentos noticiados pela grande imprensa faziam ver a veracidade dos fatos apresentados nos relatórios e a complexificação das inter-relações no ecossistema terrestre devido ao padrão de desenvolvimento adotado.

Em resposta a essa preocupação, em 1972 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, que deu origem à Declaração de Princípios sobre Proteção do Meio Ambiente. Os países desenvolvidos e em desenvolvimento, alertados sobre o risco de esse modelo de crescimento acarretar danos irreparáveis à natureza, que comprometeriam a continuidade desse processo e a satisfação de suas necessidades, passaram a discutir suas práticas produtivas. Eis então um marco de ampliação do foco das discussões políticas inter-governamentais, porém, ainda de caráter primordialmente economicista. Ou seja, o modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista, de então, era insustentável, e era preciso pensar num novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Isto porque, tornava-se cada vez mais evidente que, com o passar do tempo, o aumento da produtividade, da comercialização de produtos, da geração de capital atrelados ao aumento populacional, à má distribuição de renda (geradora de pobreza), ao aumento da desigualdade econômica entre os países e à degradação da natureza, estava intrínseca àquele modelo de desenvolvimento. Segundo Reigota, (1994, p. 09):

(...) o problema ambiental não está na quantidade de pessoas que existe no planeta e que necessita consumir cada vez mais os recursos naturais para se alimentar, vestir e morar. É necessário entender que o problema está no excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade e no desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida. (...) O que deve ser considerado

prioritariamente são as relações econômicas e culturais, entre a humanidade e a natureza e entre os homens.

É assim que, em outro marco importante ocorrido em 1975, na cidade de Belgrado, Iugoslávia, o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, ao incluir em suas discussões aspectos éticos no desenvolvimento chamado de “racional”, incorpora a idéia de uma melhor distribuição das riquezas do mundo visando o fim da dominação, da pobreza e do analfabetismo e a Educação Ambiental teria um papel fundamental em tal processo. Foi em Belgrado que os fundamentos e objetivos da Educação Ambiental, como processo educativo contínuo que visa à ação, foram traçados. Em 1977, em Tibilisi, na Geórgia, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aprofundou as discussões, definindo suas estratégias.

Como principal documento publicado por esses eventos se pode citar o Relatório da comissão de Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, escrito em 1972; a Carta de Belgrado, escrita em 1975, que incluiu a Educação Ambiental na pauta das principais discussões; a Agenda XXI oficializada em 1992 e a Carta da Terra, aprovada pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO em 2000.

Destacamos a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92 ou Eco 92, realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, que teve como objetivo principal buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra, proporcionando o diálogo entre setores empresariais, ONG's, movimentos ambientalistas e movimentos de contestação ideológica - os movimentos sociais - estes, ganhando cada vez mais espaço nesse cenário.

Muito se discutiu, ao longo desses anos, sobre a problemática ambiental. Mas, ao contrário de preservação, conservação ou outras formas de relação com a natureza, diferente daquele impasse nos anos 1970, sobre o modelo de exploração e degradação sem limites, ainda não é observado. Ao contrário, o que podemos observar é um crescimento velado da degradação dos ecossistemas e das sociedades, seja através do desmatamento, da poluição das águas ou do aquecimento da atmosfera global. E ainda mais, tem avançado a idéia de que o mercado e a transformação da natureza, em *valor* ou *mercadoria*, poderiam contribuir na mitigação dos problemas ambientais. Diz neste sentido, Porto-Gonçalves (2006, p. 453):

Há um *realismo político* que tem procurado, a todo custo, evitar disputas formais assim como antecipadamente prever e resolver os conflitos entre regimes ambientais e comerciais. Nesses marcos, a incorporação das considerações ambientais na

tomada de decisões dos assuntos econômicos e sociais tende a ceder e, assim, a aplicação das normas ecológicas e dos princípios ambientais se submete aos regimes de livre comércio. Neste sentido o que se vê é uma tendência para que se elaborem e apliquem instrumentos econômicos para a gestão ambiental e, deste modo, se reduz o valor da natureza a preços contribuindo, assim, para que se estabeleça um mercado de bens e serviços ambientais.

Percebemos então que as relações dos humanos entre si e destes com a natureza continuam sendo concebidas e reinventadas a partir da noção quantitativa que separa, quantifica e depois estabelece o tipo de relação entre as partes. Segundo Dias et al. (2009, p 177),

Assim como o desenvolvimento expandiu-se em nome de superar o subdesenvolvimento, vemos o mesmo no campo ambiental, enquanto o *desenvolvimento* é recuperado enquanto ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, enfim, sempre alternativas de desenvolvimento e não alternativas ao desenvolvimento

Se entendermos como necessária a revisão das relações sociais e com a natureza, vigentes na sociedade capitalista e dos paradigmas que a subjazem, devemos nos focar não apenas nos aspectos econômicos mas também ecológicos, culturais, sociais e políticos buscando propostas para um novo paradigma de desenvolvimento, em consonância com a manutenção das diversas formas de vida na tentativa de perpetuar a existência do/no planeta.

Eis então o que SANTOS (2006) chama de crise civilizatória, a crise do paradigma hegemônico, dominante. O paradigma dominante entendido como aquele que afirma a separação total entre a natureza e o ser humano.

A natureza é tão só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob formas de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes activo, já que visa conhecer a natureza para dominar e controlar. (Santos, 2006, p. 25)

Na mesma direção, WALLERSTEIN (2003) nos aponta uma bifurcação histórica em que a economia mundial capitalista entrou em crise, ameaçando inclusive a sobrevivência da/na Terra, e deverá se transformar em um outro, ou vários outros sistemas mundiais, o que acarretará severas dificuldades durante o período de transição. Segundo o autor:

Existe uma terceira curva que está alcançando uma assíntota. È a curva da exaustão das condições de sobrevivência. Nas últimas décadas, a demanda por atenção ao dano ecológico que se vem causando à biosfera aumentou consideravelmente. Isso não ocorreu porque o sistema mundial moderno tornou-se inerentemente mais destrutivo do ecossistema em seus métodos, mas sim porque há muito mais

“desenvolvimento” e conseqüentemente muito mais destruição; e também porque essa destruição pela primeira vez atingiu duas assíntotas: o nível de dano grave – em alguns casos irreparáveis; e o nível de esgotamento total, não de bens econômicos, mas de bens sociais. (Wallerstein, 2003, p. 61)

A existência, tal qual a compreendemos hoje, encontra-se seriamente ameaçada se seguirmos a mesma lógica, até então estabelecida, que separa o ecológico do social, o natural do cultural, a riqueza da pobreza. Enfim, permanece a ameaça enquanto não optarmos por uma “racionalidade” que reconheça a dependência e o movimento gerado por esses diversos fatores e as disputas internas existentes em cada um deles.

Mas, ao mesmo tempo, diante deste cenário, assistimos a emergência de um novo modo de pensar e agir. Pensar, deixar fluir novas idéias, emergir e fazer valer os paradigmas necessários para enfrentarmos as dificuldades do nosso tempo. Lembremos-nos que, só tomamos ciência do estado atual de degradação, ambiental e social, que nos encontramos por estarmos inseridos nele e que se não mudarmos a nossa forma de agir, cientes do que nos aguardam no futuro, talvez não tenhamos as mesmas possibilidades num futuro quase presente, mas a responsabilidade individual deve vir preenchida de sentido coletivo, para que mudanças efetivas, na forma como se estrutura a nossa sociedade, possam ser realizadas. Segundo Löwy (2009)³,

Para enfrentar as disputas relativas à mudança climática – e à crise ecológica em geral, das quais essas são a expressão mais ameaçadora – é preciso uma mudança radical e estrutural, que atinja os fundamentos do sistema capitalista: uma transformação não só das relações de produção (a propriedade privada dos meios), mas também das forças produtivas. (...) Em suma, trata-se de uma mudança no paradigma da civilização, e da transformação rumo a uma nova sociedade, em que a produção será democraticamente planejada pela população; ou seja, em que as grandes decisões sobre as propriedades da produção e do consumo não serão mais decididas por um punhado de exploradores, ou pelas forças cegas do mercado, nem pela oligarquia de burocratas e especialistas, mas pelos trabalhadores e consumidores.

Percebemos a atuação dos movimentos sociais neste cenário e consideramos fundamentais, nesta participação, destacar o lugar e a importância de movimentos, não propriamente ecológicos ou ambientais, como o MST, e outros. Estes movimentos, “*estruturas de autodefesa coletiva e independente do Estado.*” (Wallerstein, 2003, p. 69) vêm conquistando cada vez mais espaço nessas discussões e em ações alternativas. Em algumas de suas proposições, e reivindicações, pronunciando-se em oposição à “*permanente acumulação de capital como um princípio regulador da organização social.*” (Idem, p. 79). E, neste

³ Le Monde Diplomatique Brasil – DEZEMBRO 2009

sentido, poderão torna-se cada vez mais ativos na incorporação do tema meio ambiente/natureza numa perspectiva para além do que as hegemônicas produziram nos últimos duzentos anos. Avançaremos sobre estes aspectos na parte seguinte.

1.1 Movimentos Sociais e Meio Ambiente – uma relação fundamental

Segundo Gohn (2007, p. 171), “*A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural.*” Sob esse mesmo olhar, entendemos que os movimentos sociais se constituem por atores sociais em busca do fortalecimento da sociedade civil com o intuito de reivindicar seus direitos, lutando por práticas democráticas, anunciando as contradições socioeconômicas presentes na sociedade, e assim produzem meios de influenciar as diretrizes e práticas das políticas públicas.

Diante da problemática ambiental, incessantemente anunciada nos últimos anos, esses movimentos vêm se destacando, cada vez mais, de forma global, com a inserção do tema meio ambiente/natureza entre suas lutas e proposições. Para tanto, anunciam que é necessário reinventar as relações sociais entre os humanos e, também, destes com a natureza.

Sendo assim, resgatamos brevemente a história do movimento ambientalista. Neste, a preocupação com a problemática ambiental foi se modificando de acordo com as formas de as sociedades se organizarem. No início, predominavam idéias voltadas à garantir a manutenção de áreas verdes que evoluiu para um pensamento preservacionista, preocupado com a proteção da fauna e da flora e em seguida para o pensamento conservacionista, baseado na busca por formas de exploração menos degradantes e manejo adequado dos recursos naturais (JACOBI, 2003).

No período pós II guerra mundial, com o anúncio público dos danos causados à natureza pelo homem, a ampla divulgação de acidentes ambientais, contaminações, e a vinculação desses danos à problemática social, cresce a insatisfação da sociedade com as desigualdades sociais e ambientais, assim como, com o sistema capitalista. “*Ao longo das décadas de 1950 e 1960, várias questões sociais e políticas criaram um intenso ativismo público, que acabou influenciando a formação de um movimento ambientalista mais amplo.*” (Pelicioni, 2004, p. 436).

No ano de 1962, a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson,

conforme muitos autores, proporcionou o aumento da reflexão e da sensibilização pública, inclusive de alguns governos, às questões ambientais e sociais atreladas às atividades humanas, principalmente as vinculadas à fabricação e uso de produtos químicos sintéticos (PELICIONI, 2004).

Nos anos 1970, aumentam, em número e profundidade, as discussões ambientais pelo mundo, e com a Conferência de Estocolmo, em 1972, ao reconhecer a preocupação com as causas ambientais como parte de processo de desenvolvimento; ao mesmo tempo, reconhece as Organizações Não Governamentais - ONG's como importantes atores sociais, impulsionam ainda mais a organização social em prol da defesa da vida, agora, claramente colocada em perigo (Idem, 2004).

Em decorrência disso, aumentaram os investimentos em pesquisas sobre os reais prejuízos causados pela exploração exacerbada dos recursos naturais. E, também, de como sanar tais danos e regulamentar a produção de forma menos prejudicial à natureza, ainda que sem comprometimento político. Para tudo isso, também contribuíram as reivindicações dos grupos ambientalistas (PELICIONI, 2004).

No Brasil, país em desenvolvimento, toda a trajetória dessas discussões é acompanhada de perto.

Na década de 1960, novas leis foram aprovadas e alguns parques criados com o intuito de proteger a natureza. Em 1971 surge a primeira associação ambientalista do Brasil, a Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural – AGAPAN, em Porto Alegre - RS (AGAPAN, 2008). Em 1973, no âmbito do governo federal, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA, preocupada com o estoque dos recursos naturais e responsável pelos primeiros estudos sobre impactos ambientais causados por futuros empreendimentos, já nessa época, uma exigência de alguns órgãos financiadores internacionais.

Em 1988, com a nova Constituição Federal, o governo brasileiro, inspirado no relatório de Brundtland, publicado pela ONU em 1983, pretende assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente como bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição da República Federativa do Brasil, 2004 Art. 225).

Se, na década de 1970, a consciência ambiental da sociedade ainda estava “adormecida” ou inexistia, na década de 1980 ela acordou e passou a existir. O Brasil deixou de ser o campeão mundial de crescimento econômico e os primeiros impactos causados por esse crescimento acelerado - desemprego, desordem urbana, aumento da pobreza, fome, etc. - começaram a aparecer (PELICIONI, 2004). Junto com esses impactos, evidenciam-se os

problemas ambientais, em decorrência daquele desenvolvimento sem fim e, pelo visto, para poucos.

Desse processo, decorreu uma evolução no pensamento ambientalista, que Jacobi (2003, p. 31) caracterizaria da seguinte maneira:

As questões que o ambientalismo coloca estão hoje muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, notadamente nos grandes centros urbanos, e à necessidade de ampliar a assimilação pela sociedade de reforçar práticas centradas na sustentabilidade. O salto qualitativo do ambientalismo ocorre na medida em que se cria uma identidade crescente entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas.

Reafirmando essa colocação, Guimarães (2001, p. 44) nos diz que:

Se o socialismo representou a resistência anti-sistêmica à modernidade 'industrial' hegemônica, construída pela Inglaterra em meados do século passado, o ambientalismo representa hoje a resistência à modernidade 'do consumo', construído sob a hegemonia dos Estados Unidos (Taylor, 1997) cem anos mais tarde.

Mas, outras questões como ética, solidariedade, produção do conhecimento, qualidade de vida, dominação, superação do capitalismo, justiça, são abordadas pelos movimentos ambientalistas, favorecendo-os, no nosso entendimento, exaltando o caráter heterogêneo da sua causa. No âmbito mundial, a relação dos movimentos sociais com o meio ambiente, diz Porto-Gonçalves (2006), deriva, também, das relações de poder entre os países, ou, sob a ótica do desequilíbrio socioambiental no planeta, das enormes distâncias entre riqueza e pobreza. No mesmo sentido, Pelicioni (2004, p. 455) ressalta que:

No âmbito mundial, o ambientalismo vem mostrando uma crescente integração com outros movimentos sociais, a exemplo do que ocorre nas manifestações antiglobalização neoliberal, pois cada vez mais pessoas estão percebendo que, por trás das crescentes disparidades sociais, da degradação ambiental e dos abusos aos direitos humanos, está a estrutura econômica globalizadas, o que exige, portanto, uma estratégia política de enfrentamento global para garantir a construção e a consolidação das sociedades sustentáveis.

Movimentos e relações que algumas análises globalistas, ao generalizarem o processo de exclusão social associada à globalização, não incorporam em suas reflexões, e muito menos a emergência de novos atores e movimentos sociais (PORTO-GONÇALVES, 2001). E, menos ainda, incorporam estes sujeitos nas reflexões e na criação de alternativas. Estes

sujeitos sociais emergentes, inseridos nesses processos, tem surpreendido intelectuais, como por exemplo: o Movimento dos Seringueiros da Amazônia, o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens – MAB e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Segundo o autor,

Todos esses movimentos clamam por um Estado democrático, que os incorpore como interlocutores qualificados, e, na sua prática, apontam de maneira concreta que ele deve necessariamente estar articulado à dinâmica da sociedade global. Excluí-los da análise já é de antemão excluí-los do debate. É negar-lhes o que mais buscam, isto é, o direito de falar, de propor sua visão da di-visão da realidade social, enfim, o direito de cidadania. (...) É preciso destacar, sobretudo, que esses movimentos sociais inauguram novas articulações supranacionais, até hoje patrimônio exclusivo das classes dominantes (Porto-Gonçalves, 2001, p. 196),

Diante disso, e a partir deste contexto e debate, é que entendemos a questão do “uso” da Terra (provedora dos recursos naturais como água, solo e ar) e da terra (meio de produção), intimamente relacionada à questão da problemática ambiental. E neste sentido, a questão agrária, portanto, deve ser tratada como uma questão socioambiental, pois seu equacionamento poderá suscitar a melhoria das condições de vida no campo, para quantias expressivas de brasileiros, além de produzir uma nova relação com a natureza para além do modelo de desenvolvimento hegemônico. Para isso, trata-se de resolver as dificuldades de sobrevivência de uma parcela significativa da população, cujas deficiências acabam por refletir na sociedade de uma forma geral, considerando a dependência da produção agrícola – tanto em termos quantitativos quanto qualitativos - para alimentação e, conseqüentemente, da manutenção da vida humana e não humana.

Reforça-se, diante disso, o lugar e o papel, bem como no caso desta pesquisa, da natureza destes movimentos sociais. E no caso, em particular do MST, enquanto movimento de luta pelo acesso e permanência na terra, em que medida tal movimento, e sua natureza, aporta contribuições para aquela alternativa socioambiental.

Maria Antônia de Souza (2004, p. 10) ressalta as modificações pelas quais esses movimentos vêm passando a partir do século XX:

Tais transformações podem ser visualizadas no *formato da organização* dos mesmos, por exemplo, de movimentos locais passaram para a esfera nacional, caracterizados pela circulação de informação em tempo real; possuem articulações internacionais com movimentos e organizações sociais de vários tipos, que lutam por terra, que são contrários à produção de alimentos transgênicos, que focalizam a importância dos cuidados com as reservas hídricas, com a vegetação etc; utilizam a mídia no geral, como um dos meios de inserção da temática ‘concentração da terra e reforma agrária’ no cotidiano das pessoas, mesmo sabendo que a relação é de dupla face, ou seja, ao mesmo tempo em que adquirem visibilidade, podem ser demonizados. Outra faceta

das modificações refere-se ao conjunto de reivindicações que comportam desde temáticas locais, como nacionais, denotando a preocupação com o modo de produção existente no país e com a possibilidade de construção de uma sociedade diferente. Pensando cidadania como a conquista de direitos, é evidente nos movimentos ligados ao campo a busca pela efetivação do direito à vida expressos nas temáticas alimentação, trabalho, saúde e educação para lembrar alguns.

Diante dessas afirmações, fica clara a relação existente entre a evolução do pensamento ambientalista e a inserção de outras problemáticas às suas, em sintonia com a evolução da sociedade. Mas, por outro lado, tal processo não é linear, é perpassado por disputas de projetos de desenvolvimento e de concepções de mundo, inclusive, no relacionado ao meio ambiente/natureza.

Em decorrência disso, se de um lado, vivemos em tempos de revolução tecnológica, globalização neoliberal, onde o mundo parece não ter mais fronteiras (mercado, comunicação), tal realidade não é acessível a todos e todas. Para a maioria, este retrato não passa de ilusão, pois, sabe-se que nem todos desfrutam das mesmas “facilidades” oferecidas por tais avanços. O que se dispõe facilmente na vida de uns, não chega ao acesso de todos. Ainda como parte deste retrato, o que se percebe de maneira geral, estampado nesta mesma sociedade é um individualismo cada vez maior, um semblante de apatia, de resignação, como se devêssemos aceitar o que está posto como natural.

De outro, como já afirmamos, e Porto-Gonçalves (2006, p. 18) nos chama atenção para o fato de que essa efervescência tecnológica apresenta-se como parte de uma resposta política às lutas sociais: *“O período atual da globalização não surge no vazio, mas emerge no terreno concreto das lutas sociais e é dele e delas que se nutre.”* Mas, também a coerção via perseguição e criminalização⁴ dos movimentos sociais (Idem, p. 20), é outra forma buscada pelas elites. Tudo para a manutenção do sistema “deixar as coisas como estão”, ou que as reformas e mudanças estejam circunscritas ao mercado, aos interesses das grandes empresas e das elites nacionais e internacionais.

Sendo assim, ressaltamos a importância das lutas sociais se engajarem e considerarem como parte de suas questões a problemática ambiental, pois não basta mais, apenas, clamar por igualdade de gêneros ou pelo fim da homofobia, do preconceito racial, ou por proteção

⁴ Destacamos este aspecto, a criminalização dos Movimentos Sociais, importante da atualidade. No estado do Rio Grande do Sul, este processo vem se intensificando. Escolas itinerantes do MST foram impedidas de realizar suas atividades a partir do ano letivo de 2010. Segundo o advogado Leandro Scalabrin, em entrevista concedida à revista Caros Amigos de janeiro de 2010, o Movimento está sendo considerado como *“paramilitar e terrorista”* e vem sendo perseguido, tratado como *“inimigo interno do Estado”* por força de uma articulação entre diversos setores, desde proprietários rurais até grandes meios de comunicação.

ambiental, por acesso à terra, direito à educação etc. Devemos articular tais lutas e proposições numa perspectiva de totalidade das lutas e movimentos ao sistema social atual, que nos impõe tais realidades como únicas, e naturais, mas tendo como finalidade manter o que “está aí”; ao atual modelo de desenvolvimento, deste sistema social e das concepções e paradigmas que o sustentam, o qual determina a natureza desses conflitos, impondo seus moldes para diferenciar o importante do irrelevante, o belo do feio, o certo do errado e assim por diante. Um “modelo” no qual não são as pessoas e a natureza, as pessoas e as relações entre elas e com a natureza, na busca de uma vida melhor que está no centro, mas o lucro, a ganância, a exploração e a degradação do planeta e das pessoas.

1.2 A Terra e o acesso à terra no capitalismo

Dentre os movimentos sociais o que mais nos chama atenção, pelo tempo de resistência de sua atuação e a amplitude de suas reivindicações, é o MST, e, também, pelos estudos e vivências junto a este movimento. Além de ter a Reforma Agrária⁵ como sua problemática anunciada, ainda procura atuar em diversas lutas como a soberania alimentar, o direito à educação, à justiça socioambiental (distribuição de terra), entre outras. Mas, também, em decorrência do fato de que sua luta é por acesso a um bem universal comum de sobrevivência: a terra.

É somente devido à complexidade do planeta Terra que se pode manter a vida, tal qual a concebemos. O ar, a água, o fogo, os minerais, os vegetais, o solo (terra) – natureza física - e tudo que provém da interação entre esses elementos, constitui a base para a satisfação das necessidades primárias dos seres vivos, humanos e não humanos. Woster (2003, p. 05) afirma que: *“Todo grupo social na história teve de identificar tais recursos e criar um modo de produção para obtê-los da terra e levá-los para dentro do estômago. Além disso, é através deste processo que as pessoas tem se conectado ao mundo natural de forma vital, constante e concreta.”*

Sob o prisma do capitalismo, pode-se observar a Terra como a grande provedora de matérias primas a serem transformadas, e/ou exploradas, como fonte de lucro e enriquecimento individual. Se os humanos, através do trabalho, transformam a natureza

⁵“A reforma agrária, por ser um processo, é algo dinâmico. Dá-se no domínio humano. As relações homem – realidade, que se verificavam na estrutura anterior, necessariamente deixaram sua marca profunda na forma de estar sendo do camponês” (Freire, 1979, p. 10)

transformando a si mesmos, devemos dizer que o modo de produção adotado por determinada civilização diz muito sobre ela, sobre seu presente e também seu futuro. Então, seguindo este curso, dizemos que essas transformações estão condicionadas à evolução das sociedades. Segundo Marx (2007, p. 40),

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior (...)

Diante disso, ressaltamos que há uma relação direta ou articulada do sistema social e as condições ambientais em que vivemos. É necessário destacar tal raciocínio para enfatizar a importância da discussão a respeito da atuação do sistema de produção capitalista sobre o meio ambiente, que envolvem a Terra (planeta) e a terra (recurso natural), pois há uma ligação direta entre as formas de produção, a transformação da natureza e a transformação da sociedade. Concordamos com Woster (2003, p. 13), em sua abordagem ecológica, quando afirma que:

As comunidades agrícolas refletem os sistemas biológicos nos quais se baseiam. Uma sociedade não pode radicalmente diminuir a diversidade dos ecossistemas materiais em favor da máxima produção agrícola, nem manter a terra organizada em função do lucro, nem aumentar o fluxo de energia através do sistema pela introdução de combustíveis fósseis sem mudar os ritmos, a diversidade e a estrutura de poder dentro de suas várias comunidades.

Além disso, podemos dizer que estão interligados, como uma rede de conseqüências, o modo de produção, os meios de acesso à terra, as mudanças que ocorrem na natureza e as relações sociais estabelecidas devido a esses movimentos. Conforme Marx:

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. (...) O homem vive da natureza, significa: a natureza é seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. (Marx, 2004, p. 183)

Assim, a apropriação privada dos meios de produção (no caso a terra) no sistema

capitalista, ou seja, ao transformar a terra em mercadoria, possível de ser acessada apenas pelo poder de compra, o capitalismo separa o homem da natureza. Ao privarem muitos ao acesso da terra, e, portanto, sem os meios necessários à produção de “coisas” para sua subsistência, acabam colocando grandes contingentes humanos a disposição daqueles que possuem os meios de produção. Em decorrência, e como passo seguinte, os capitalistas apropriam-se também do homem como força de trabalho, trabalho este alienado, estranho ao homem, pois trabalham apenas por um salário que não representa tudo o que é produzido; não se realizam no processo produtivo e não se apropriam do resultado de sua produção.

A propriedade da terra, enquanto espaço físico, inclui também a propriedade de tudo que ali está, como animais, vegetais, humanos, oportunidades. Se no passado, na Europa e em outras civilizações⁶, portanto, esse espaço, antes uma propriedade social, com o capitalismo torna-se privada, e passa a ser transformado pelo homem (trabalhador) para dar significado ao interesse do proprietário, agora capitalista, sem a preocupação com o que produz, ou como produz, já que lhe é estranho. Segundo Woster (2003, p. 11),

Enquanto os mercados se desenvolviam e os transportes melhoravam, os agricultores concentravam cada vez mais suas energias na produção de um número cada vez menor de produtos agrícolas para venda rentável. Eles se tornaram, em suma, especialistas em produção, até ao ponto de virtualmente nada produzirem para seu próprio consumo pessoal e direto.

Não só o modo de produção mudou, mas também a finalidade da produção, o que outrora servia às necessidades corriqueiras passa a ter seu objetivo maior no mercado, este que provém ao capitalista o acúmulo do capital. O capitalista deseja e busca o crescimento sem fim da produção, mas também, o acúmulo de terras faz parte da necessidade do capitalista, que assim, acumula mais meios para continuar a produzir. Para Woster (2003, p. 11), *“Primeiro na Inglaterra e, depois, em todas as partes do planeta, os sistemas agroecológicos⁷ foram racional e sistematicamente reformados a fim de intensificar, não apenas a produção de alimentos e fibras, mas a acumulação de riqueza pessoal.”* As conseqüências disso, para aqueles que são expulsos da terra (no caso da Inglaterra e outras partes conforme estudos de Marx); ou quando sua produção não pode pagar os empréstimos dos bancos e dos agiotas, é o homem do campo deixar de ser produtor e sucumbir à

⁶ Podemos dizer o mesmo em relação aos povos que viviam no “Brasil”, antes da chegada dos portugueses, para os quais a idéia de “propriedade da terra” ou “das matas”, como propriedade privada, era inexistente.

⁷ Segundo Woster (2003, p. 06), sistema agroecológico *“é um ecossistema reorganizado para propósitos agrícolas – um ecossistema domesticado.”*

concorrência com o grande capitalista (MARX, 2007).

Outra consequência é o aumento/crescimento das cidades, ou, em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo centralizou-se nas cidades, nas indústrias, afastando o homem do campo, e criando uma falsa impressão de que o desenvolvimento do capitalismo não acarretou danos à população rural, negando um capitalismo agrário, que de fato ocorreu, e trouxe a essas populações muito mais danos do que benefícios. Destacamos Marx (2007, p. 52) ao afirmar que:

A burguesia submeteu a zona rural à cidade. Criou cidades enormes, aumentou prodigiosamente a população urbana em relação à rural e, desse modo, arrancou uma parte considerável da população do embrutecimento da vida rural. Assim como submeteu a área rural à cidade, os países bárbaros ou semibárbaros aos países civilizados, subordinou também os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Ela aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência fatal dessas mudanças foi a centralização política.

À luz do que nos diz Marx, no que se refere à centralização política, devemos admitir então que a questão do acesso à terra vem sendo tratada, a partir do capitalismo, com total intencionalidade, pois envolve disputas não apenas pela propriedade, mas por tudo que ela significa: poder, meios de produção, oportunidades de adequação ao mercado, geração de riqueza etc.

Diante disso, afirmamos que a relação dos modos de produção com o desenvolvimento das sociedades está inteiramente ligada à forma como estes se relacionam com a natureza e determinam sua transformação (uso). Seja com o argumento de aumentar a produtividade, a fim de prover bens de consumo suficientes à demanda da população, seja argumentando integração ao progresso tecnológico. O que nos parece claro é que a posse da terra, e o domínio dessas decisões, por apenas uma pequena parte destas sociedades, se perpetuam em função de seu poder econômico, seja por meio coercitivos (pela força), mas também, pelos meios de comunicação e educacionais (consenso).

O planeta Terra, bem comum a todos os seres, vem sendo explorado em nome das necessidades de subsistência da humanidade, porém, não são todos os humanos que tem usufruído desses recursos, desta exploração, embora todos sofram com o consequente desequilíbrio. Este fato ocorre sob a lógica de um sistema produtivo baseado, não apenas na exploração, mas principalmente nas condições de acesso aos recursos, ou seja, por parte daqueles que podem comprar, daqueles que podem consumir.

O acesso à terra, principal meio de fornecimentos, é determinado pela lógica econômica, desfavorecendo aqueles que se encontram em posições mais vulneráveis, impostas por condições adversas que escapam de suas aspirações, como determinantes quase impossíveis de mudar. É neste meio que emergem os Movimentos Sociais Populares, no caso aqui, do campo, com o intuito de defender o direito ao acesso à terra por parte do pequeno produtor, e os interesses do trabalhador rural.

2 A NATUREZA DO MST

A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST conta com uma vasta bibliografia⁸ o que nos intimida a narrar, mais uma vez, essa história. O que buscamos aqui é esclarecer o contexto no qual emergiu e o legado deixado para as gerações de trabalhadores rurais que se tornariam seus militantes, quais eram suas demandas principais no período de criação – duas últimas décadas do século XX. Mas, também, para que possamos situar em sua evolução e caminhada, e como se apresenta hoje – primeira década do século XXI, depois de tantas mudanças, não só no cenário político brasileiro, mas também na configuração do sistema, social, econômico e ambiental, mundial.

Podemos dizer que, para encarar tantas mudanças, necessitam de reestruturações, momentos de reflexão, onde a natureza, o caráter, de um Movimento que propõe transformações, provavelmente se amplia, com o intuito de se fortalecer para o enfrentamento de novas realidades.

2.1 A questão da terra e do latifúndio na História do Brasil

Entendemos a “questão agrária” como um conjunto de questões referentes à propriedade e utilização das terras de um determinado espaço em um determinado tempo histórico. Aqui, trataremos da questão agrária na história do Brasil, que independente do âmbito do debate (econômico, social, jurídico etc.), necessariamente, perpassa as questões relativas à sua colonização. Utilizaremos a obra de STRAZZACAPPA (1999) como guia pela história do Brasil, a fim de explanarmos o contexto pretendido.

Depois de um breve olhar pelo passado, constatamos e podemos dizer, de forma bastante resumida, que após a tomada do Brasil, a coroa portuguesa distribuiu suas terras através do sistema de sesmarias⁹, visando à colonização, que lhe garantiria a posse e as tornariam produtivas. Os beneficiados tinham a propriedade da terra e plenos direitos sobre ela, porém era a produção que efetivava a posse. Mas, esse sistema não deu certo devido às

⁸ Fora os documentos que utilizamos como referência bibliográfica, podemos citar mais alguns: A Reforma Agrária e a Luta do MST (Ed. VOZES, 1997), Pioneiros do MST (Ed. RECORD, 2008), O MST (Ed. UPF, 2006), Formação e Ideário do MST (Ed. UNISINOS, 2004), A Formação do MST no Brasil (Ed. Vozes, 2000), entre outros.

⁹ Antigo sistema, já implementado em Portugal, transformado em lei em 1375.

grandes extensões de terras e à dificuldade de adaptação da mão-de-obra aqui existente, os índios, ao trabalho escravo¹⁰. Diante desse fracasso, estabelecem então o sistema das capitâneas hereditárias, onde os donatários deveriam redistribuir sua capitania em sesmarias a quem se dispusesse a produzir, geralmente indicado pelo rei. Algumas capitâneas prosperaram principalmente as baseadas na produção de cana-de-açúcar, porém a maioria dos donatários não se preocupou em repartir seus lotes (conceder sesmarias), o que acabou mantendo e fomentando as mesmas dificuldades do sistema anterior.

Em 1549 Portugal instituiu um governo geral no Brasil, ao quais os donatários ficariam subordinados, este, por sua vez, poderia conceder sesmarias aos que tivessem condição de construir engenhos, já que a prioridade agora era a produção de açúcar. As terras eram distribuídas sem controle das dimensões, desobedecendo aos limites estabelecidos pela coroa, o que acabou gerando o latifúndio – imensos lotes de terra concedida a uma só família.

O sistema se estabeleceu com a mão-de-obra dos negros escravizados, trazidos da África,¹¹ que ocupavam a terra, trabalhavam nela, mas, assim como a terra, eram considerados propriedade privada. Instalou-se o sistema produtivo conhecido como *plantation* - baseado na cultura de produtos destinados à exportação, através do trabalho escravo, em grandes propriedades - que atendia perfeitamente à demanda da produção e às circunstâncias existentes na colônia e que, mesmo com as mudanças que foram ocorrendo no Brasil, duraram séculos. Segundo Strazzacappa (1999, p. 24):

(...) o Brasil atravessou os séculos XVII e XVIII presenciando o nascimento de gigantescos lotes de terra concentrados nas mãos de um só proprietário (ou de uma só família). Consolidavam-se assim os *latifúndios*, os vergonhosos latifúndios que sedimentaram vícios nocivos registrados até hoje em nossa história: a monocultura canavieira, a escravidão (do negro e do índio) e a política de produção voltada somente para o mercado externo (exportação). Assim, a função social da terra ficou esquecida.

Em 1808, a família real chega ao Brasil sob o comando do D. João VI, rei de Portugal, defensor da Lei das Sesmarias. Encontram latifúndios já consolidados chefiados

¹⁰ Diga-se de passagem, que nenhum ser humano se adapta à escravidão, e somente, sob determinadas condições ele é tornado escravo (Marx).

¹¹ Processo e prática escravista complexo que os portugueses já praticavam há séculos em suas ilhas como Madeira e Açores, e, portanto, bem antes da “descoberta” do Brasil; e que, era parte da economia mercantil portuguesa. Além disso, pesquisas recentes mostram que a própria Igreja Católica lucrava e mantinha “cativeiros” em África para abastecer os “mercados”, além da complexidade deste processo (ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O tratado dos viventes - Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.).

por grandes fazendeiros. O rei volta para Portugal em 1821 e D. Pedro de Alcântara, seu filho, assume como Príncipe Regente. Influenciado pelo poder dos latifundiários, em 1822, D. Pedro acaba com o sistema de sesmarias e, passados alguns meses, é proclamada a independência do Brasil. Dois anos depois, em 1824, é promulgada a Constituição Imperial (primeira constituição brasileira)¹² que, no que se refere à questão agrária, consolida o fim do sistema sesmarial, não permitindo a devolução das terras improdutivas e limitando os casos passíveis de confisco. Aí percebemos um avanço, já que se iniciam discussões no âmbito político sobre a questão agrária, porém o sistema de privilégios é mantido.

Alguns marcos referentes a tais questões podem ser bem explicitados se analisarmos as mudanças na legislação brasileira. O primeiro marco constitucional ocorreu em 1850 - depois de mais de duas décadas de ocupação e aquisição de propriedades sem qualquer regulamentação - quando foi decretada a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras¹³. Cabia à essa lei a tarefa de normatizar as aquisições de terras ainda não ocupadas que, a partir de então, passavam a ser propriedade do Estado, e só poderiam ser transferidas através da compra ou autorização do Rei. As já ocupadas, onde residiam e produziam, teriam suas inscrições entregues em forma de títulos de propriedade ao então proprietário.

A grande aceitação dos movimentos a favor da abolição da escravidão, por parte da sociedade, alertam a elite econômica - os latifundiários influentes no império - que, diante do que estava por vir, preocuparam-se em garantir seus interesses, fomentando a criação desta lei, cujo principal objetivo é impossibilitar o acesso à terra - agora também uma mercadoria - a ex escravos que não poderiam “nunca” comprar uma propriedade pois, ao serem libertados, estariam de fato livres, mas sem acesso algum às riquezas geradas pelo que produziram durante tantos anos, portanto, pobres.

Segundo Stédile (2005, v. 1, p. 285), *"A Lei nº 601, de 1850, escravizou, portanto, a terra e transformou um bem da natureza, que deveria ser democrático, em um bem privado, acessível apenas aos ricos."* Logo, estavam regulamentados os trâmites de compra das terras e garantida a mão-de-obra barata, oferecida pelos ex escravos e futuros imigrantes. Podemos dizer que este foi o primeiro instrumento legal a favor da concentração de terras nas mãos de poucos em detrimento do direito de muitos. Nasceram assim, a regulamentação do latifúndio e os “pobres do campo”.

Essas medidas legais valeram por séculos e não se percebe modificações

¹² <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-G_2.pdf>

¹³ <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_26.pdf>

significativas, nem mesmo depois da Proclamação da República em 1889 e da criação da Constituição de 1891¹⁴. Nos anos de 1930, a Lei nº 601, é modificada e passa a permitir a desapropriação de terras consideradas de interesse público, esta modificação ganha força com a criação da Constituição de 1934¹⁵, quando o presidente Getúlio Vargas determina o direito à propriedade privada apenas se este não for de encontro ao interesse social. Porém, em 1937¹⁶, na ditadura do *Estado Novo*, esta decisão é revogada pelo próprio presidente que, segundo Strazzacappa (1999, p. 30), “(...) em sua gestão foram editadas duas Constituições autoritárias, sempre baseadas no interesse das classes dominantes rural e urbana, dando pouca importância aos problemas da terra.(...) Omitiu propositalmente o que havia de inovador na Constituição anterior.”

Na Constituição de 1946¹⁷, o presidente Eurico Gaspar Dutra atribui uma nova função à terra, a função social, abrindo espaço para a discussão sobre a importância da reforma agrária, uso e propriedade da terra para o bem estar social. Inclusive prevendo a desapropriação indenizada em dinheiro. Essas medidas representam um grande avanço, porém ficaram apenas no âmbito do escrito e das discussões pois o Governo Federal alegava falta de recursos financeiros para pagar por desapropriações (STRAZZACAPPA, 1999).

Em 1964, depois do golpe militar e em plena ditadura, é sancionada a Lei nº 4504¹⁸ ou, o Estatuto da Terra, vigente até os dias atuais, que diz no Artigo 1º: “*regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.*” E que, segundo Stédile (2006, v. 5), representou a primeira lei de reforma agrária do país.

Anos depois, o então presidente da junta governativa, Castelo Branco, propõe alterações¹⁹ no texto da Constituição de 1946: uma delas decretava que, ao invés de serem pagas em dinheiro, as desapropriações de terras seriam indenizadas com títulos do governo. Também neste ano é criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, que teria como tarefa implementar a reforma e a política rural (STRAZZACAPPA, 1999).

¹⁴ <<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas/leis1891deciso.es.pdf>>

¹⁵ <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=365196&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>>>

¹⁶ <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=532849&seqTexto=15246&PalavrasDestaque=>>>

¹⁷ <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1946vVIIp69/parte-3.pdf>>

¹⁸ <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>

¹⁹ <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1964vVIIp713/indice.pdf>>

Ainda na década de 1960, é promulgada a Constituição de 1967²⁰ que mantém o texto da Constituição anterior referente às desapropriações (STRAZZACAPPA, 1999). Já em 1970 o IBRA é extinto, o que significa, segundo Strazzacappa (1999, p. 32), “*um retrocesso na reformulação da nossa estrutura fundiária.*”

Com o fim da ditadura, é elaborada a nova Constituição, em 05 de outubro de 1988²¹. A mesma destaca a garantia da propriedade privada, mas ao mesmo tempo legitima a desapropriação de terras que não estejam cumprindo sua função social, possibilitando, então, que as mesmas sejam destinadas para fins de reforma agrária, conforme o Artigo 184 (requisitos para que cumpram tal função): *I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.*²²

É neste contexto²³, entre melhorias e anacronismos, que surge a demanda por mobilização no campo contra o latifúndio, já instituído legalmente no país, depois de séculos de ocupação desordenada, regime de sesmarias, regime de posses, grilagem etc. Como forma de resistência organizada, em 1944 inicia-se a movimentação sindical rural de assalariados agrícolas e uma série de outras lutas, entre elas destacamos: greves em fazendas por todo país de 1949 a 1954; a I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas realizada em 1953; o surgimento da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB em 1954; constituem-se as Ligas Camponesas em 1955; surge no Rio Grande do Sul, em 1960, o Máster – Movimento dos Agricultores Sem Terra; em 1962 é regulamentada a sindicalização rural; a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 (STÉDILE, 2006, v. 4).

Em 1964 o país sofre um golpe militar e passa a viver um regime de ditadura onde esses movimentos, sob repressão, agem na clandestinidade quando, a partir de 1975, recebem o apoio da recém criada Comissão Pastoral da Terra – CPT e começam a discutir

²⁰ <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1967vIp704/parte-3.pdf#page=5>>

²¹ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

²² Destaco que: a) a aparente contradição referente à defesa da propriedade privada e a fundação social da terra decorreu da contradição e dos conflitos de setores diferentes no processo de elaboração da lei; b) bem como a efetivação e/ou prioridade de uma (a propriedade privada), ou da função social da terra, será decorrente da própria luta de classes e, portanto, da correlação de força de um setor social ou de outro.

²³ Restringi-me a descrever até este momento das leis, pois acredito que um estudo mais aprofundado, seja do período de FHC e de Lula, e mais, concretamente dos últimos 8 anos do presidente Lula, exigiriam uma dissertação específica.

projetos de reforma agrária que atendessem às necessidades das populações rurais e não apenas os interesses econômicos, por parte dos proprietários, e colonizadores, por parte do Governo Militar - que ainda visava expandir a ocupação do território brasileiro à extensões longínquas. Com o fim da ditadura do regime militar, vem à tona várias demandas reprimidas, entre elas a reforma agrária.

2.2 O MST e o século XXI

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST surge no final da década de 1970 a partir da organização de vários pequenos movimentos camponeses ligados à Comissão Pastoral da Terra – CPT. Em setembro de 1979, ocupam a fazenda Macali no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, dando visibilidade ao recente movimento social que estava nascendo, em plena ditadura militar. Em 1984, no estado do Paraná, o MST se organiza nacionalmente, quando ocorre o primeiro Encontro Nacional, com a proposta de mobilizar os pobres do campo contra o latifúndio, a favor da distribuição de Terra, de uma reforma agrária efetiva e justa. Tais reivindicações e proposições iam em sentido contrário ao modelo imposto pelo regime militar, que visava a colonização de terras em áreas remotas, objetivando a remoção dos excedentes populacionais e a “modernização” da agricultura com a introdução de recursos químicos e mecânicos (MORISSAWA, 2001). E em 1985, realiza seu primeiro Congresso Nacional, onde, envoltos pelo clima a favor das eleições diretas, levantam a bandeira "Sem Reforma Agrária não há democracia”.

Segundo Machado (2008, p. 02),

A partir de meados dos 1980 surgiram vários movimentos sociais que pareciam ocupar o “vácuo” político deixado pelos movimentos e partidos revolucionários das décadas anteriores (1960-1970). Na América Latina, este processo veio acompanhado da instauração de regimes eleitorais, ou seja, inaugurava-se uma nova etapa política na região: com o fim das ditaduras militares, uma nova “onda” reordenava as relações políticas do subcontinente com eleições diretas para escolha dos seus representantes máximos. No Brasil, fruto de intensas mobilizações populares, este processo culminou em 1989, quando o povo brasileiro foi convocado a eleger o novo presidente da república, depois de 21 anos de ditadura militar. Sob o contexto do fim da “guerra fria”, do fim das ditaduras militares e do estabelecimento de regimes democráticos limitados que se inserem os chamados “novos” movimentos sociais, dentre os quais, no Brasil, se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A princípio suas reivindicações estavam fundamentadas no socialismo e no marxismo, associadas à redistribuição de terras, à reforma agrária e em oposição às políticas do regime da ditadura militar, que assentava agricultores em terras remotas com o objetivo de expandir a ocupação do território nacional e nos moldes sugeridos pela Revolução Verde, que incluíam maquinário pesado, uso de adubos e defensivos químicos nas lavouras. Além disso, para que se produzisse sob esse modelo era necessário financiamento para investir na produção, o que acabou causando a miséria de pequenos agricultores sem acesso a tais programas.

Neste cenário o MST surge, em favor dos pobres do campo, buscando diminuir a desigualdade e a exploração impostas pelo sistema de produção vigente favorável ao lucro dos grandes proprietários detentores do capital, agora um fator quase que determinante para a sobrevivência no campo. Em consulta feita à página eletrônica do Movimento, em abril de 2007, descrevem este período:

Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos.

Em 1988, a nova constituição brasileira insere o conceito de função social à propriedade (Art. 5º) e com isso cresce o MST. Ganha força, também, em decorrência de ser um ator das denúncias feitas sobre as tensões e conflitos existentes no meio rural e lutar pela inclusão da Reforma Agrária na pauta das discussões políticas. Assim, a organização do Movimento se distribuiu em setores que foram se formando com base nas necessidades que iam surgindo durante a própria luta. Estes setores buscam alternativas ao regime governamental tradicional, tentando direcioná-lo para a perspectiva do campo. São eles: Formação, Educação, Produção, Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais, Gênero e Direitos Humanos (CIANDRINI, 2007).

Destacamos a inclusão de outros aspectos da luta pela terra, as reivindicações por uma reforma agrária que contemple não apenas a redistribuição fundiária, mas que também proporcione condições favoráveis aos pequenos produtores e suas famílias, desencadeando um processo de desenvolvimento integral - moradia, educação, vestuário, transporte, saúde, etc. Ou, seja a luta pela terra é associada à melhoria das condições para uma melhor qualidade de vida, não só no âmbito material mas também social, o que evidencia a

preocupação com a formação integral do *novo sujeito social* (CALDART, 2004). Para o Sem-Terra a terra tem um significado muito maior do que “um pedaço de chão”, pois ele busca não apenas a terra que lhe provém o alimento, mas também condições reais de trabalho, de vida, cidadania. Esta é a formatação original do Movimento que, entre demandas políticas, econômicas e sociais, vai se formatando.

Neste momento, no entanto, observamos que as questões relativas à natureza/meio ambiente ainda não se apresentam em seu discurso. Devemos entender que o legado deixado pelos acontecimentos históricos relativos à questão agrária, assim como a atuação de outros movimentos do campo, dos quais o MST é herdeiro, não priorizava as questões ambientais, na forma como as compreendemos hoje, já mencionadas acima. A princípio, a natureza do Movimento é política, o compromisso da luta é com a transformação social baseada no enfrentamento do sistema produtivo/econômico, buscando alternativas contra-hegemônicas de desenvolvimento do/no campo²⁴. Segundo Machado (2008, p. 10),

(...) o movimento dá sinais da possibilidade de construção de uma sociedade socialista. Seus assentamentos têm se mostrado não somente “ilhas de resistência” ao neoliberalismo como também espaços reais de construção de novas relações sociais e de produção, mesmo sob a hegemonia burguesa. Trata-se, indiscutivelmente, de redutos populares de contra-hegemonia. Assim, a bandeira da reforma agrária ganha atualidade política e ideológica: em primeiro lugar, ao imprimir-lhe uma identidade de classe popular contra a burguesia agrária; em segundo, ao apontar as contradições e limites do capitalismo; em terceiro, ao sinalizar formas de produção anticapitalistas, mesmo sob o domínio burguês; e, finalmente, ao universalizar a luta como potencialmente pertencente a todos os trabalhadores explorados e expropriados pelo capital.

E se verificarmos os objetivos gerais do MST, destacados por Morissawa (2001, p. 153), notamos que ainda não há indícios de temas que podem ser relacionados à questão ambiental:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital. 2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade. 3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas. 4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais. 5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais. 6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

²⁴ Destaco que, em seus primórdios, no Brasil, o movimento ambientalista era predominantemente de setores da classe média, por um lado; e de outro, as lutas sociais e dos trabalhadores tinha a questão ambiental, de gênero, raça/etnia, dentre outras, como secundárias à contradição central do capitalismo – os conflitos/contradições das relações capitais x trabalho.

Poderíamos, como estamos fazendo nesta dissertação, dizer que quando falam de que “a terra é um bem de todos”, bem como sua “justa distribuição das riquezas”, estariam relacionando ou identificando elementos do tema natureza/meio ambiente. Mas, nesse momento, não era esse o sentido em que tais questões aparecem e com a importância que a questão ambiental assumiu nos tempos atuais.

Ocorre que, com a aproximação do século XXI, a problemática ambiental emerge com urgência e passa a fazer parte do cotidiano das pessoas. Nas cidades surgem questionamentos sobre saneamento, abastecimento de água, poluição, disposição de resíduos sólidos, consumo energético, contingente populacional, tráfego de automóveis, violência, miséria, crescimento de favelas etc. No campo esta problemática evidencia-se através do levantamento dos prejuízos causados por agrotóxicos nas águas, no solo, nos trabalhadores, êxodo rural, disposição de sementes transgênicas etc. Junta-se a isso as péssimas condições de trabalho de agricultores oprimidos pelo latifúndio, pela prevalência das leis do mercado (neoliberalismo), o empobrecimento do pequeno produtor, a violência dos conflitos no meio rural, eis que configura-se a problemática ambiental do campo. Destaque-se, mais uma vez, Porto-Gonçalves (2005, p. 28) ao afirmar que:

Uma nova configuração da questão agrária está em curso e novas questões têm se apresentado ao debate, como é o caso dos organismos laboratorialmente modificados. Trata-se de um tema estratégico para todos os envolvidos nas lutas emancipatórias, sobretudo no campo. Afinal, este tema não pode ser resumido ao debate acerca da poluição do ambiente, em si mesmo importante. É um tema rigorosamente vital para todos os que se colocam numa perspectiva emancipatória e, assim, é muito mais do que um tema controvertido. O envolvimento do MST e da Via Campesina nesse tema torna-os estratégico, e não só para si mesmos, mas para toda a humanidade. A natureza volta a adquirir centralidade no debate do devir histórico e, com isso, traz para o centro da cena uma série de sujeitos sociais que acreditávamos estarem fadados à extinção e que emergem dos campos, dos cerrados, das florestas, dos mangues e dos povos que teceram suas matrizes de racionalidade com esses ambientes.

É a partir de então que a temática ambiental se destaca, e o MST passa a reconhecer a afinidade existente entre sua principal reivindicação, a reforma agrária, e outros elementos que permeiam a relação dos humanos entre si e com a natureza, como a dependência de condições ambientais favoráveis para a manutenção da produção e reprodução da vida no campo. Inserem no seu plano político a urgência de um novo modelo de desenvolvimento que inclua a preservação ambiental, a recuperação de áreas degradadas, reflorestamento, e mudanças em algumas práticas agrícolas usuais como as queimadas e o uso de adubos e defensores químicos, entre outras (MORISSAWA, 2001).

Destacamos, portanto, dois pontos de um documento mais recente, que, segundo

Porto- Gonçalves (2005, p. 31), foi entregue ao governo pelo MST na Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005. Vejamos os itens 6 e 7:

6) (...) Enfim, o MST, talvez como o mais importante movimento social organizado em torno do campesinato e demais grupos sociais e étnicos do campo, vem se apresentando junto com outros movimentos por meio da Via Campesina, como guardiões do patrimônio de condições naturais de reprodução material e simbólica que são vitais para a humanidade, entre os quais se inscrevem as suas 7) lutas pela água, pela preservação da fertilidade do solo e riqueza da diversidade biológica e de seus cultivares.

Como a ligação entre a questão ambiental e a forma de como se dá a produção nos acampamentos e assentamentos já está sendo compreendida, pois reconhecem a importância da manutenção dos recursos naturais para que continuem produzindo, o Movimento tem estimulado formas de manejo agroecológicas na produção dos assentamentos e acampamentos.

Estudos realizados nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina apontam resultados positivos extraídos de experiências concretas do uso dessa nova matriz produtiva nos Assentamentos Carlos Marighela – RS e Conquista da Fronteira – SC. Segundo Batista et al. (2008, p. 174),

Este estudo demonstrou que a pequena produção nos assentamentos da reforma agrária pode ser compatível com a preservação do meio ambiente, satisfazendo as condições básicas ao adotar práticas conservacionistas, como o apego à terra e à sua condição de produtor agrícola, o que faz resistir ao apelo de outras formas de produção mais lucrativas. Demonstrou, ainda, que nos assentamentos há força de trabalho suficiente para diversificar a produção e realizar os trabalhos necessários para a conservação dos recursos naturais a baixo custo.

O MST age prudentemente ao ampliar suas lutas para o enfrentamento de novas questões de importância mundial como é o caso da questão ambiental. Ao mesmo tempo, isso o coloca à frente do debate, em condições de reivindicar suas propostas de mudanças, baseando-se em resultados obtidos através de experiências reais promovidas em seus assentamentos e acampamentos. E o êxito de tais experiências pode provar a viabilidade de um novo modo de produzir, contra o domínio do capital financeiro na agricultura, oriundo do latifúndio.²⁵ Certamente essas experiências também colocam os produtores envolvidos em

²⁵ É evidente, no entanto, que pesquisas e estudos sobre estas experiências, seus acertos e erros, viabilidade e problemas encontrados e aperfeiçoamentos, deverão ser realizados para afirmações mais conclusivas. O que não é nosso objetivo nesta pesquisa, visamos apenas identificar nos documentos e manifestações a emergência e o sentido em que a questão ambiental está a emergir neste movimento social.

melhores posições na disputa por espaço no mercado, cada vez mais atento à repercussão dos danos causados pelas cadeias produtivas.

Vale ressaltar, ainda, que o Movimento, por estar vivo e atuante, se permite expandir em natureza e caráter, assim, pouco a pouco vem aderindo às lutas ambientalistas contra a monocultura, à luta pela soberania nacional e popular - garantindo o direito aos recursos naturais, às lutas humanitárias contra o trabalho infantil e escravo, à diversidade étnica, à democratização da comunicação, à luta pelo direito à educação e à cultura, à soberania alimentar, à luta no combate à violência sexista, entre tantas outras que configuram o panorama das conquistas sociais necessárias para a superação do estado de degradação, social e ambiental, em que se encontra a humanidade no século XXI.

Observamos, portanto, um movimento social que vai se ampliando e resistindo, pois vai se modificando sem perder sua essência; vai se aperfeiçoando e incorporando novas temáticas, buscando incorporar, no vivido dos assentamentos e acampamentos, tais debates e questões. Ampliou suas relações do estadual ao regional e nacional, e na última década, para a América Latina, portanto, internacional (através da Via Campesina). Assim, tornou-se referência para outros setores e movimentos sociais.

3 A NATUREZA NO MST

Entendemos que a humanidade vem construindo conceitos de Natureza ou sobre a Natureza em consonância com a sua própria existência. No entanto, devemos entender que a humanidade é diversa e ocupa espaços e territórios diferentes, e, portanto, também é possível a existência de diferentes conceitos e definições de Natureza.

No ocidente, seguindo as contribuições de Rodrigo Duarte (1995), é do espaço e/ou território no qual abordaremos tal temática. Diz ele que, na época mais remota, os humanos formularam uma concepção “mágica” de natureza quando projetavam nela características humanas. Os fenômenos naturais ganhavam significados da ordem dos sentimentos humanos, na tentativa primitiva de se revestir dos poderes e das forças dos fenômenos naturais, burlando seus mistérios, para enfrentar as dificuldades que as sociedades encontravam ao se relacionarem produtivamente com a natureza. Fatores naturais e fatores humanos participavam de uma mesma trama. Segundo Duarte (1995, p. 14),

A analogia consiste na projeção, na natureza, de características humanas; é algo como que a antropomorfização do mundo físico. Dessa forma, os fenômenos naturais ganham atributos que, a rigor, deveriam circunscrever ao âmbito humano: amor, ódio, compaixão, etc., quase sempre adotadas por potências divinas. A razão imediata disso seria o baixo nível de eficácia técnica ostentado pelas sociedades primitivas, para as quais a natureza aparece como uma fonte inesgotável de mistérios e obstáculos práticos a serem transpostos.

Uma nova racionalidade inicia-se no século VI a.C., com a cosmologia grega, diz o autor. Esta, não recorre mais às forças sobrenaturais para explicar os fatos ocorridos na natureza, ultrapassa a concepção mágica. A filosofia surge no momento em que os gregos questionam a visão tradicional do mundo e se perguntam sobre a natureza e a sociedade, então, surge o filósofo para teorizar o “mágico” (DUARTE, 1995). As relações dos homens entre si e com a natureza mudam completamente em relação às sociedades primitivas, surge a pólis, o tempo, a agricultura e a geometria, esta, disposta a explicar o universo através da metafísica e a sociedade é levada a refletir sobre sua existência. Duarte (1995, p. 26) ainda destaca que,

(...) com Aristóteles, a idéia mágica da natureza como necessidade, contra a qual nada se pode fazer, é superada, na medida em que se ousa afirmar que a natureza forma um conjunto e que as coisas são submissas a algo como uma legalidade. Esse é o primeiro passo para a aquisição de uma completa objetividade no conhecimento da natureza.

No século XVII, o pensamento de Aristóteles se encontra com a corrente dominante do pensamento medieval, o cristianismo. A partir daí entende-se que o homem não está mais na natureza, não pertence a ela, e sim à graça, que é sobrenatural. O homem transcende a natureza e toda ela existe para servir à criatura Divina (Idem, 1995).

Com a revolução mecanicista, a concepção orgânica da natureza é vencida pela concepção mecânica, a ordem agora é quantificar para conhecer. Descartes se apropria das idéias de Galileu, e propõe o dualismo matéria/espírito, afirmando que o mundo físico é objeto e matéria e o sujeito é pensamento e espírito. Duarte (1995, p. 31) nos diz que:

Em suma, a partir do século XII a ciência não é mais teoria pura, mas também - e principalmente - intervenção na natureza com objetivos práticos e econômicos. Esse momento é também um momento de ruptura com toda forma anterior de relação do homem com a natureza: por um lado, ele se sente emancipado frente a *natura mater*, agora concebida explicitamente como ser-outro; em contrapartida, haveria o risco de um pavor diante do fato de o homem não ser mais o centro do universo, de ser uma parte ínfima de uma totalidade infinita.

O século XVII europeu se beneficia com diversas descobertas práticas deixadas como legado pelo século anterior, porém, ainda diante do conflito entre matéria e espírito. Instala-se o monismo, localizando o espírito dentro da matéria *“como consequência de uma mecanização que se estende a toda natureza, chegando mesmo a ultrapassar seus limites, no estabelecimento de uma metafísica mecanicista do homem”* (Idem, 1995, p. 32).

Com o surgimento da indústria moderna essa visão mecanicista chega a tal ponto que a natureza é percebida apenas como campo para ser explorado. Como reação a esse pensamento radical começa a surgir em 1750 um movimento anti-mecanicista, liderado por Rousseau, dando origem à teoria do “bom selvagem” que valoriza o sentimento e se coloca contra a apropriação mecânica da natureza, cultuando-a como *“depositária de toda pureza, em oposição ao artificialismo das convenções sociais”* (Duarte, 1995, p. 33).

Kant faz a distinção entre a natureza materialmente considerada, que seria o conjunto de todos os fenômenos ainda não trabalhados pelas formas puras de entendimento, e a natureza formalmente considerada, que seria o objeto do qual se pode ter um conhecimento enquanto fenômeno, não como coisa em si mesma (Idem, 1995).

Na concepção Hegeliana de natureza são definidas a natureza física e a filosofia da natureza. A primeira é apontada como o exame das leis, das forças, da organização, etc., e à filosofia da natureza cabe a investigação da natureza de modo a conceituá-la. Devem ter a natureza física como pressuposto e concordar com seus resultados (DUARTE, 1995), ou seja,

A natureza é, então, concebida como a própria contradição sob vários aspectos. Primeiramente ela é mediação entre a esfera lógica e a esfera do espírito, portanto ela é contradição que se aprofunda progressivamente até ser suprimida pelo espírito. Nesse sentido ela é ser-posto, negatividade, *non ens* [...]. Além disso, a natureza é contradição entre necessidade e acidentalidade, traços mutuamente excludentes que nela se alojam. Daí a dificuldade da realização do trabalho do conceito no âmbito da natureza. (Idem, 1995, p. 36)

Sob o enfoque do materialismo dialético, a natureza física é composta por tudo que existe no planeta, inclusive os humanos, sendo estes, diferenciados por estabelecer relações diversas, sociais e com a natureza, no decorrer da história e que a natureza humana é a consequência das transformações, realizadas pelo homem através do trabalho, a partir da natureza física. Sendo assim, Morrone (2007, p. 7-8), ao analisar as obras de Karl Marx, como as “Formações Econômicas Pré-Capitalistas”, na “Crítica ao Programa de Gotha”, e de Engels, “Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, diz:

Iluminados pelo materialismo histórico a natureza foi tratada, enquanto categoria teórica, principalmente com dois significados. O primeiro, a natureza física, constituída por todos os elementos existentes no planeta e, entre eles a presença dos seres humanos enquanto espécie particular e diferenciada por suas relações socioambientais específicas, interagindo de diversas formas com a natureza e constituindo relações sociais nos diferentes momentos da história. O segundo significado foi constituído em decorrência do primeiro, com a interação dos seres humanos no meio externo através do trabalho, com o afastamento destes em relação à natureza os homens criaram suas próprias formas de existência, apareceu assim a natureza humana implícita nas obras aqui estudadas, que emergiu a partir de muitas transformações físicas e sociais constituidoras da história planetária.

Neste rumo, LEFF (2006) nos diz que, historicamente, a natureza se construiu como uma categoria de ordem ontológica, o natural era o que tinha “direito de ser”. Na modernidade, se converteu em objeto de domínio das ciências e matéria prima de processo produtivo, assim, desnaturalizada, passou a fazer parte do fluxo unidimensional do valor e da produtividade econômica. Já Carvalho (2003, p. 61) que:

Produzir idéias, concepções, modos de vida, hábitos de convivência, ou, numa palavra, produzir cultura, faz parte da natureza do homem. Neste sentido é natural que a natureza também mude, toda vez que, a partir da adoção de novas regras de convivência social, as pessoas sejam capazes de produzir novas culturas e, portanto, novas concepções do mundo e de sua natureza.

Por sua vez, Taks (2004, p. 326) diz que,

Em todo caso, se alguma conclusão geral pode ser tirada, é a de que a natureza não pode ser considerada como algo externo, a que a sociedade humana se adapta, mas sim em um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo em que, em um efeito bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas.

Disso, podemos dizer que, Enrique Leff está a falar da natureza física, Marcos de Carvalho da natureza humana, e Javier Taks da natureza produzida, ou seja, a própria sociedade. Sendo assim, a natureza e/ou as concepções de seu conceito, bem como do que exatamente estamos falando, são diferenciadas e determinadas pelos paradigmas dominantes e pelas relações que os humanos estabelecem em sociedade e com o meio físico. Mas, tais concepções, bem como suas relações, estão em constante processo de elaboração.

Tendo, portanto, tais parâmetros orientadores, sobre o que entendemos por Natureza e suas múltiplas relações, a seguir detalho o estudos feito dos documentos do MST dialogando com os mesmos conforme as proposições desta dissertação.

3.1 A Natureza/Meio Ambiente na História do MST através de seus documentos

Os documentos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos possibilitaram dados e informações que a partir de sua leitura, sistematização e análise, nos permitiram identificar aspectos de concepções de natureza/meio ambiente no MST. Compreender as formas como este vem trabalhando suas idéias a respeito da relação dos humanos, entre si e com a natureza e de que forma vem incorporando a problemática ambiental no seu discurso e na sua própria natureza, é o objetivo desta parte. Para nossa análise destacaremos, em tabelas quando necessário, os trechos extraídos desses documentos, pertinentes ao nosso tema, à luz da nossa fundamentação teórica.

Na seleção do material, ao qual tivemos acesso, procuramos observar sua importância histórica e objetiva, assim como, a época em que foram produzidos e publicados e o intervalo de tempo entre eles, com o objetivo de evidenciar a evolução do discurso, conforme o que pretendemos com essa pesquisa.

3.1.1 Resoluções dos Congressos

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma organização social que se compõe por um Programa (objetivos), normas de funcionamento (regras estabelecidas em documentos, estatutos etc.), metas (desenvolvidas por setores), símbolos (bandeira, hino, música), patrimônio (infra-estrutura, bens, meios necessários ao funcionamento), estrutura organizativa (direção, grupos de base, setores), militantes e alianças e compreendem que fortalecer esses aspectos os ajuda na conquista de seus objetivos, para tanto, realizam uma série de eventos – jornadas, encontros etc. - locais, estaduais, regionais e nacionais. Dentre esses eventos, destacamos os Congressos Nacionais, realizados desde 1985 com intervalos de, aproximadamente, cinco anos onde discutem suas linhas políticas e buscam definições para, em seguida, comunicar à sociedade suas propostas.

Segundo Stédile (1999), esses congressos são realizados com três principais objetivos: 1) a confraternização da militância, que nesses momentos pode realizar uma interação cultural entre os diversos estados, fortalecendo a identidade do MST, 2) uniformizar o debate e interar a militância sobre quais questões estão sendo pertinentes ao MST, tanto dentro do movimento quanto no cenário político do país, através de estudos realizados por todos os participantes que tem, nessas oportunidades, contato com especialistas, professores universitários, políticos etc., e por fim, 3) traçar as grandes linhas políticas.

Baseados nas linhas políticas confirmadas e compromissos assumidos nos dois últimos congressos, dos quais obtivemos os textos na íntegra, buscamos informações sobre a trajetória das questões ambientais tratadas pelo Movimento.

3.1.2 Linhas Políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST

A quarta edição do Congresso Nacional, que teve como tema: “Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio”, aconteceu em agosto de 2000 na capital federal - Brasília, e contou mais de 11 mil militantes do MST, vindos dos diversos estados onde o Movimento está presente, além de diversos atores sociais de outros países.

De acordo com o documento ao qual tivemos acesso, doze linhas políticas foram reafirmadas. Para nossa análise, selecionamos quatro, conforme destacamos na tabela abaixo:

Tabela 01

Ítem	Destaques
1.	<p>Combater o modelo das elites, que defende os <u>produtos transgênicos</u>, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.</p> <p>> Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc. > Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos <u>transgênicos</u> pelo povo. > Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.</p>
2.	<p>Desenvolver linhas políticas e ações concertas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja <u>sustentável do ponto de vista ambiental</u>, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o <u>bem esta social</u>.</p>
3.	<p>Planejar e executar ações de <u>generosidade e solidariedade</u> com a sociedade desenvolvendo <u>novos valores</u> e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra.</p> <p>> Organizar calendários para as atividades solidárias. > Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países(de todo mundo). > Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas. > Organizar <u>viveiros de mudas</u> para distribuir nas cidades. > Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades. > Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atinge militantes e organizações sociais.</p>
4.	<p>Resgatar a importância do debate em torno de <u>questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.</u></p> <p>> Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e <u>intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos.</u> > Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões. > Desenvolver <u>campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos.</u> > Promover o desenvolvimento de <u>políticas específicas a situação do cerrado e do semi-árido.</u></p>

Destacamos neste documento, a inclusão do debate acerca da produção de transgênicos - como modelo proposto pelas elites - e a necessidade de apresentar à sociedade, um outro projeto de desenvolvimento, sustentável do ponto de vista ambiental, como novos valores, agregando à bandeira de luta pela reforma agrária as questões ambientais, bem como, a proposição de políticas específicas para regiões como o cerrado e o semi-árido.

3.1.3 Carta do V Congresso Nacional do MST

Entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, aconteceu em Brasília o V Congresso Nacional do MST com o título: “Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”. Nesta última edição estiveram presentes 17.500 trabalhadores rurais Sem Terra e vários outros participantes convidados vindos de diferentes países, em nome de outros diversos movimentos sociais. Na carta produzida por esta edição do evento foram listados dezoito itens como compromissos assumidos, dentre esses, destacamos oito:

Tabela 02

Ítem	Destaques
3.	Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a <u>transposição do Rio São Francisco</u> e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.
5.	Lutar contra as <u>derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio</u> . Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao <u>meio ambiente</u> . Combater o uso dos <u>agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.</u>
6.	Combater as empresas transnacionais que querem controlar as <u>sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro</u> , como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando <u>nossa natureza</u> , nossa força de trabalho e nosso país.
9.	Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. <u>A terra é um bem da natureza</u> e deve estar condicionada aos interesses do povo.
10.	Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos

	camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com <u>preservação do meio ambiente</u> e buscando a soberania energética de cada região.
11.	Defender as sementes nativas e crioulas. <u>Lutar contra as sementes transgênicas.</u> Difundir as práticas de <u>agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente.</u> Os assentamentos e comunidades rurais devem <u>produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos</u> para o mercado interno.
12.	Defender todas as <u>nascentes, fontes e reservatórios de água doce.</u> A água é um bem <u>da Natureza e pertence à humanidade.</u> Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.
13.	<u>Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas</u> em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para <u>preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.</u>

Em relação à nossa temática, destacamos aqui a preocupação com temas ambientais como a transposição do Rio São Francisco, a derrubada e queimada de florestas, o combate ao uso de agrotóxicos, assim como, da ofensiva das empresas transnacionais que exploram a nossa natureza e controlam a produção e o comércio agrícola brasileiro. Ressaltamos também o reconhecimento da terra como um bem da natureza que, portanto, deve ser trabalhada em prol da conservação do meio ambiente – agroecologia. Agregam à sua luta a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a defesa das águas, das matas e o combate ao aquecimento global.

3.1.4 Quem Somos - 2007 e 2009

A seção “Quem Somos”, apresentada na página eletrônica do Movimento, caracteriza-se por um breve descrição sobre sua história, trajetória e principais lutas. Mesmo não havendo uma definição objetiva, encontramos em dois momentos – 2007 e 2009 – textos complementares.

No ano de 2007, concentram-se em explicar a trajetória política do Brasil desde a sua colonização - assim como fizemos na fundamentação teórica a respeito da questão agrária – e incluem destaque em marcos importantes ocorridos no país em consonância com a trajetória do Movimento:

Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos. (MST, 2007)

Encerra o texto afirmando seu lugar como movimento social popular do campo e evidenciam o caráter político de sua natureza, reafirmando a luta de classes, mas não fazem qualquer referência direta às questões ambientais:

(...) o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 23 estados em que o Movimento atua, a luta não só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana. (MST, 2007)

Já em 2009, encontramos um texto mais elaborado, indicando sua natureza, apresentando sua trajetória e, como inovação, estão incluídos elementos que afirmam a preocupação com as questões ambientais inseridos em sua história, objetivos e ações, como destacaremos na tabela 03:

Tabela 03

Ítem	Destaque
1. Sobre o projeto de desenvolvimento para o campo proposto pelo governo durante a ditadura militar	Um projeto que anunciava a “modernização” do campo quando, na verdade, <u>estimulava o uso massivo de agrotóxicos</u> e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais.
2. Sobre a natureza no Movimento	Mas seria injusto dizer que começamos ali. A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiros indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era <u>comum e coletivo: a terra, bem da natureza.</u> (...) Por tudo isso somos herdeiros e continuadores de suas lutas.
3. Sobre a natureza do Movimento	E somos também parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984, quando já em nosso

	primeiro Congresso afirmávamos que “Sem Reforma Agrária não há democracia”.
4. Sobre seus objetivos	.E que nossa contribuição para este país mais justo e soberano estava nas declarações do nosso Congresso seguinte, “Reforma Agrária. Por um Brasil sem Latifúndio” (2000). Esta palavra de ordem estava materializada no <u>outro Brasil que queremos construir no cotidiano</u> . Está nas mais de 400 associações e cooperativas que trabalham de forma coletiva para <u>produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos</u> .
5. Sobre a ampliação de sua natureza	Assim, <u>a luta por Reforma Agrária foi se tornando cada vez mais internacional</u> , porque os empecilhos para a democratização do acesso à terra não estavam apenas no Brasil – no Estado ou nas ações dos latifundiários – mas eram também parte dos movimentos do capital financeiro internacional. E a resposta à <u>globalização da miséria, veio na forma da globalização da luta</u> , por meio da Via Campesina, que congrega os movimentos camponeses de todo mundo em torno da Reforma Agrária e da soberania alimentar, ou seja, do direito de que os povos – e não os mercados - decidam o que produzir e possam garantir a alimentação de todos.
6. Sobre ações e ideais	(...) quando milícias da empresa suíça Syngenta Seeds assassinaram Valmir Motta, o Keno, no Paraná. Keno e tantas outras famílias denunciavam a <u>contaminação transgênica</u> do Parque Nacional do Iguaçu e queriam construir ali, uma <u>área de produção agroecológica</u> . E também quando as mulheres da Via Campesina foram reprimidas quando denunciaram a <u>monocultura</u> da celulose no sul do país. Violência que indígenas, quilombolas e sem terras testemunham diariamente pelas mãos da Vale do Rio Doce em suas comunidades, destruindo o <u>meio ambiente</u> de forma acelerada para remeter mais lucros para as bolsas no hemisfério norte.
7. Sobre a ampliação de sua luta	Para finalmente realizarmos uma Reforma Agrária verdadeira em nosso país, é preciso agora enfrentar o agronegócio e os interesses do capital internacional.
8. Sobre sua natureza, trajetória e futuro	Completar 25 anos e se tornar o <u>mais antigo movimento camponês já existente na História do Brasil</u> , tem estes

	<p>significados. É reafirmar os valores de solidariedade; é <u>reafirmar o compromisso com uma sociedade mais justa e igualitária</u>; é manter aceso o <u>legado de milhares de lutadores e lutadoras do povo</u>; é exercer cotidianamente a capacidade de se indignar e <u>agir para transformar</u>; é não perder o valor do estudo e <u>aprender sempre</u>. E, fundamentalmente, é <u>reafirmar nosso compromisso em organizar os pobres do campo</u>.</p> <p>Completar 25 anos é motivo de celebração, mas é também <u>momento de olhar adiante</u>. De perceber que muito já foi feito e que <u>há muito a se fazer</u>, até que uma verdadeira e efetiva Reforma Agrária seja realizada em nosso país e <u>que todos os seres humanos possam ter uma vida digna</u>.</p>
--	---

Nesta tabela, referente à seção “Quem Somos” publicada na página eletrônica do Movimento em 2009, destacamos a contraposição ao modelo de desenvolvimento proposto pela ditadura do governo militar, conforme anunciam em sua história. Em seguida, se referem à terra como bem da natureza, já defendida pelos indígenas, dos quais se reconhecem herdeiros da luta. Anunciam que, no projeto de construção de um outro Brasil, está incluída a produção coletiva de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos. Reconhecem a ampliação de sua natureza e o caráter global de sua luta. Se colocam diante das lutas contra a monocultura e a favor da produção agroecológica, e ainda, reafirmam seu compromisso de organizar os pobres do campo, para agir e transformar, respeitando o legado deixado por outros lutadores e lutadoras do povo.

3.1.5 Propostas do MST para Reforma Agrária

O MST traz em sua trajetória vários momentos de participação efetiva na proposição de novas políticas públicas para o campo, não apenas através de protestos e manifestações públicas, mas também em forma manifestos, cartas, propostas publicadas na internet, no jornal Sem Terra, em revistas²⁶, em entrevistas concedidas à mídia em geral etc. Entre esses documentos, optamos por analisar os programas de reforma agrária elaborados e propostos pelo Movimento em três momentos distintos: um do início da sua trajetória, outro de quase uma década depois e, finalmente, o mais recente deles, de 2009.

²⁶ Além da revista Sem Terra, publicada pelo próprio Movimento, o dirigente nacional do MST, João Pedro Stédile, é escritor de uma coluna mensal na revista Caros Amigos.

3.1.6 Programa de Reforma Agrária do MST - 1984²⁷

Este programa foi elaborado no I Encontro Nacional do Movimento, momento em que oficializavam sua organização e definiram quatro Princípios do Movimento: [1º] Quem consideramos sem terra; [2º] Princípios gerais, [3º] Princípios práticos, [4º] Terras que reivindicamos e devemos conquistar. Esses princípios constituem-se por apontamentos objetivos que dispõe sobre sua organização, definições e metas. Ainda não contém elementos filosóficos, apenas seu posicionamento contra o capitalismo a favor de uma sociedade mais justa, igualitária, em benefício dos que trabalham a terra. Destacamos o ítem 14 do 3º Princípio – princípios práticos – onde mencionam a necessidade de discutirem, após todas as conquistas de terra, formas alternativas de posse e cultivo.

3.1.7 Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995

Esta proposta, diferente da mencionada anteriormente, já apresenta linhas filosóficas, fruto de um debate ideológico realizado entre os anos de 1993 e 1995 e aprovada no III Encontro Nacional do Movimento, realizado em maio de 1995. Segundo Stédile (1999, p. 75-76),

O programa deu o salto qualitativo de imaginar o futuro com uma forma superior de organização da produção: nem manter o molde camponês nem aderir ao mercado em cair no coletivismo ou só ficar esperando pelo socialismo, que iria resolver todos os problemas. (...) Nosso programa agrário procura superar ideologicamente essas dicotomias. Ele representa uma proposta de como reorganizar o meio rural no Brasil, para democratizar a terra e o conhecimento

Ao analisarmos tal documento, observamos como inovação, diversas menções à problemática ambiental. Consta como objetivos da reforma agrária a preservação ambiental, a democratização da terra - por se tratar de um bem da natureza e não fruto do trabalho humano – incluem o respeito às diferentes realidades socioambientais, a aplicação de multas por prejuízos causados ao meio ambiente, sugerem mudanças tecnológicas afim de diminuir danos causados pelo atual modelo (predatório) de exploração dos recursos naturais, apóiam o desenvolvimento de fontes de energia__alternativa, incentivam a produção

²⁷ O texto das propostas de 1984 e 1995 encontram-se na obra “A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003” de João Pedro Stedile (org) publicada em 2005.

agroecológica/orgânica, a construção de agrovilas²⁸ nos assentamentos, entre outros. Há também, nessa proposta, diretrizes traçadas especificamente para o semi-árido e para a região da Amazônia Legal. Destacaremos, na próxima tabela, o tópico 14, referente ao Programa ambiental que abrange medidas descritas nos demais tópicos.

Tabela 04

Ítem	Destaques
1. Sobre medidas a serem tomadas em relação ao meio ambiente:	Estabelecer um programa ambiental para as áreas reformadas, buscando a <u>reeducação dos assentados</u> em sua relação com o ambiente, em vistas a <u>ampliar a área de mata, conservar as áreas nativas, os mananciais e embelezar o assentamento</u> , melhorando as condições de vida das famílias assentadas.
	a) Incentivo e financiamento para recuperação de áreas degradadas e conservação nos assentamentos.
	b) Apoiar os centros de capacitação técnica dos assentados e as cooperativas dos mesmos para estruturar viveiros-pólos para multiplicação e difusão de plantas nativas, frutíferas e exóticas; introdução do componente arbóreo-florestal no desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento sustentável para os assentamentos.
	c) Incentivar a utilização dos recursos florestais existentes, a partir de planos de manejo, visando o aproveitamento sustentável dos mesmos.
	d) Incentivar o plantio de árvores, não apenas de cunho ambiental, mas também de cunho produtivo (lenha, madeira, frutíferas etc.) e estético, para o embelezamento dos assentamentos.
	e) Implementar uma campanha de esclarecimento e ações práticas para evitar o uso das queimadas nos assentamentos, em especial na região da Amazônia Legal;
	f) A extração de madeira e todos os recursos naturais serão controlados pelos trabalhadores, através do Estado, para que

²⁸ Núcleo de povoamento, com serviços integrados de comunidade, planejado e construído para residência de famílias de agricultores fixados em assentamentos rural. (Glossário Ambiental)

	beneficie a todos coletivamente. Será impedido o uso individual de madeira ou outros recursos naturais das áreas de assentamentos.
	g) Investir na recuperação dos rios e nascentes e democratizar o uso das águas, garantindo o uso coletivo pelas comunidades, para sua subsistência e extrativismo;
	h) Constituir um fundo para financiar, nos assentamentos que se encontram áreas de boa <u>preservação ambiental</u> , os “Guardiões da Natureza” (assentados que receberiam treinamento específico para essas atividades).
2. Sobre que atividades esse fundo também deverão financiar	a) plantio de <u>essências florestais</u> que gerem no futuro uma renda às famílias assentadas;
	b) fomentar, orientar, capacitar e investir em experiências-piloto de turismo rural.
	c) Incentivar a produção de <u>produtos florestais</u> não madeiráveis (PFNM ²⁹) e a <u>agrofloresta</u> ³⁰ .

Nesta proposta, diferente da analisada anteriormente, apontam itens que merecem destaque diante do problema da nossa pesquisa.

Mencionam a necessidade de um programa ambiental que inclui a reeducação dos assentados, em sua relação com o meio ambiente. Apontam como necessário o incentivo à recuperação de áreas degradadas e a capacitação técnica dos assentados, visando práticas de manejo que promovam o desenvolvimento sustentável.

²⁹ Segundo a EMBRAPA, são produtos florestais não-lenhosos de origem vegetal e animal, bem como serviços sociais e ambientais, como reservas extrativistas, sequestro de carbono, conservação genética e outros benefícios oriundos da manutenção da floresta.

³⁰ Sistemas produtivos nos quais a produção de bem(ns) florestal(is) está associada à produção de alimentos para o homem. São constituídas numa determinada área, por várias espécies perenes, envolvendo espécies arbóreas madeiráveis (para uso local ou abastecimento de indústrias do setor florestal), espécies frutíferas, condimentares, medicinais, melíferas, café, cacau, espécies de uso múltiplo, etc. (Glossário Ambiental)

3.1.8 Proposta de Reforma Agrária Popular – 2009

Esta nova proposta está contida no Caderno de Debates nº1 – Os desafios da luta pela reforma agrária – publicado pelo MST em julho de 2009. Portanto, é um dos documentos mais atuais do Movimento. Neste, dizem que, diante dos novos desafios do nosso tempo, apresentam a proposta para a Reforma Agrária Popular, que traz, com grande destaque, diretrizes definidas agregadas a valores ambientais:

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de propriedade da terra; de organização da produção e da relação do ser humano e natureza. (MST, 2009, p. 27)

A seguir, destacaremos na tabela 05, elementos do documento citado acima, que nos ajudem a esclarecer nossa problemática de pesquisa:

Tabela 05

Ítem	Destaques
1. Sobre os objetivos gerais:	a) Eliminar a pobreza no meio rural.
	b) Combater a desigualdade social e a <u>degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo</u> ;
	d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, <u>produzindo alimentos de qualidade</u> e desenvolvendo os mercados locais.
	f) Preservar a <u>biodiversidade vegetal, animal e cultural</u> que existem em todas as regiões do Brasil, que formam <u>ossos biomas</u> .
2. Sobre as principais medidas de Reforma	1. A terra A terra e os <u>bens da natureza</u> são acima de tudo, um patrimônio

Agrária	dos povos que habitam cada território, e devem estar a serviço do <u>desenvolvimento da humanidade</u> . Democratizar o acesso a terra, <u>aos bens da natureza</u> e aos meios de produção na agricultura a todos os que querem nela viver e trabalhar. A propriedade, posse e uso da terra e dos <u>bens da natureza</u> devem estar subordinados aos interesses gerais do povo brasileiro, para atender as necessidades de toda população.
3. Sobre a organização da produção no meio rural	a) A produção agrícola será orientada com prioridade absoluta para a produção de <u>alimentos saudáveis</u> para todo o povo brasileiro, implementando o princípio da soberania alimentar.
	c) Promover uma agricultura diversificada, rompendo com a <u>monocultura</u> , usando técnicas de <u>produção agrícola sustentáveis</u> , em <u>bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos</u> , gerando uma alimentação saudável.
4. Sobre a água	Água: um <u>bem da natureza</u> para todos Toda propriedade e posse da água esta subordinada aos interesses sociais. Não poderá haver propriedade privada da água, seja para consumo humano ou para agricultura. Será considerado de domínio público todos os <u>rios, lagos, reservatórios das barragens</u> existentes, <u>lençol freático e nascentes de água</u> .
5. Sobre o Estado	O estado deve desenvolver instrumentos de política agrícola voltada para os interesses do povo a) O estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola, como garantia de preços, crédito, fomento à <u>transição e consolidação da produção agro-ecológica</u> , seguro, assistência técnica, armazenagem, etc, prioritariamente para o cumprimento desse programa de reforma agrária.
6. Um novo modelo tecnológico	a) A reorganização da produção agrícola brasileira deve vir acompanhada por um novo sistema de planejamento e modelo tecnológico orientado pelo <u>enfoque ecológico</u> e participativo. Buscar o aumento da produtividade da terra e a produtividade do trabalho, em <u>equilíbrio com o meio ambiente</u> , <u>preservando as condições da natureza</u> e garantindo a produção de <u>alimentos saudáveis</u> .
	b) Desenvolver pesquisas e <u>tecnologias agro-ecológicas</u> adequadas aos <u>agro-eco-sistemas</u> , que promova a

	<u>sustentabilidade</u> cultural, social, econômica e <u>ambiental</u> e a elevação da produtividade do trabalho e das terras.
	c) Desenvolver programas massivos de formação em agroecologia dos camponeses e camponesas e da juventude em todas as regiões do país.
7. Sobre a educação no campo	b) Garantir o acesso à educação pública (educação infantil, fundamental, ensino médio e superior) através da construção de escolas nas comunidades rurais e <u>agrovilas</u> dos assentamentos, a todos jovens e adultos do meio rural, como forma de manter os camponeses e as camponesas no meio aonde vivem.
8. Sobre o desenvolvimento da infra-estrutura no meio rural	a) Implantação de um amplo programa de construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugado com garantia de acesso a energia elétrica, de <u>fontes de energia renováveis</u> e alternativas, água potável, transporte público, serviços de informática e atividades culturais em todas as comunidades rurais. Bem como desenvolver nessas comunidades programas de saúde familiar preventiva.
9. Sobre os instrumentos administrativo-institucionais do Estado	b) Reestruturação da CONAB ³¹ e transformando-a numa empresa pública da agricultura popular tendo como papel, a garantia de preços, o abastecimento dos mercados locais e regionais de alimentos, e a compra de todos os produtos da agricultura reformada. Instalação de agroindústrias nos assentamentos e meio rural. Garantia de fornecimento de insumos necessários para a reforma agrária, priorizando os de <u>origem orgânica</u> e local.

Neste documento fica evidente a adesão à causa ambiental, como parte fundamental da luta do MST. Vemos como principal destaque a declaração de que a degradação da natureza tem suas raízes na estrutura de propriedade e produção no campo. Portanto, anunciam que a questão ambiental deriva da questão agrária.

³¹ Companhia Nacional de Abastecimento

3.2 A natureza/meio ambiente nos documentos de formação e de educação do MST

Entendemos por formação o constante processo educativo e um dos motivos da nossa escolha pelo MST como sujeito dessa pesquisa se dá pelo fato de demonstrar firme preocupação com a formação de sua militância. *O estudo é tão importante quanto a ação. Agem bem quem pensa bem. (...) Estudar não significa só ler livros, mas parar para analisar os problemas.* (MST, 2005, p. 39) Deste modo, se o homem está inserido neste processo, de forma consciente, é capaz de repensar sua realidade, perceber-se como parte do mundo e a compreender as implicações de suas ações, à medida que reflete sobre elas.

Destacamos que o Movimento propõe uma pedagogia que forme novos sujeitos sociais, que eduque seres humanos, portanto, muito maior do que apenas o espaço escolar, envolve o cotidiano, o trabalho, as relações sociais, ou seja, a vida como um todo. Para Caldart (2001, p. 18), “*certos processos educativos que sustentam a identidade Sem Terra jamais poderão ser realizados dentro de uma escola.*” Neste sentido, o Movimento produziu uma proposta pedagógica própria.

Lembramos que, diversas outras ações são consideradas matrizes não só organizativas do MST, mas fundamentalmente matrizes pedagógicas, implicando na compreensão do Movimento como espaço de formação de sujeitos sociais. A utilização permanente das bandeiras, das músicas, da mística, dos “gritos de guerra”, a representação permanente da luta através das fotos de revolucionários, as apresentações teatrais, a coletividade num trabalho de auto-organização da escola com o intuito de preservá-la, a capacitação com a aprendizagem do trabalho cooperativo, processos educativos interagindo com processos políticos e econômicos, a realidade como base da produção do conhecimento e a relação entre teoria e prática, são alguns exemplos (CUNHA, 2008).

Deste modo, acreditamos que, ao investigar alguns documentos utilizados para a formação da militância do MST, poderemos compreender de que forma esse novo sujeito social, que o movimento pretende formar, vem agindo, ou pode passar a agir, diante da problemática ambiental, ou seja, que tipo de relação tais sujeitos vem estabelecendo com a natureza.

Na seleção dos documentos de formação, buscamos analisar tipos com propostas variadas. O primeiro, dirigido ao setor de educação, o segundo, uma cartilha para uso dos educandos, o terceiro, uma cartilha voltada à formação em nível organizacional e por fim, o caderno de debates, um documento que visa atingir o movimento de forma mais ampla.

Destacamos, também, que foram selecionados, levando-se em conta o intervalo de tempo em que foram produzidos, afim de que possamos acompanhar a evolução do pensamento sobre natureza/meio ambiente no Movimento, como pretendemos na pesquisa.

3.2.1 Caderno de Educação nº 8 – 1996

O caderno de Educação nº8 é uma reedição do Boletim da Educação nº1, escrito em 1992. Com o passar do tempo e a ampliação das demandas, o Setor de Educação sentiu a necessidade de reescrevê-lo, incorporando novas reflexões, para que pudesse continuar servindo como orientação para suas ações. Nele estão contidos os princípios filosóficos e pedagógicos do MST.

Na descrição dos princípios pedagógicos, entendidos como aqueles necessários para a concretização dos princípios filosóficos, expõem sua concepção sobre ensino, relação entre teoria e prática e a intencionalidade do processo educativo realizado pelo Movimento, que utiliza a realidade como base para a produção do conhecimento, priorizando conteúdos úteis às transformações que pretendem realizar, educando através do e para o trabalho, afirmando a existência de vínculos orgânicos entre processos educativos, políticos e econômicos, bem como entre educação e cultura.

Incentivam a gestão democrática na/da educação, a auto-organização dos estudantes, a formação continuada dos educadores e a pesquisa, esta, como forma concreta de associação entre teoria e prática. Ressaltam, também, a importância da dimensão individual dentro do processo pedagógico coletivo, afirmando que todos os princípios pedagógicos tem o indivíduo como referência, porém este, em constante relação com os demais em seu contexto social e histórico.

Sobre os princípios filosóficos, definem como: *“nossa visão de mundo, nossas concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos no MST.”* (p. 04)

E é apenas neste tópico, ao se referirem aos princípios filosóficos que, no 4º item “Educação com/para valores humanistas e socialistas”, citam *“a sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente”* (p. 09) como valores que devem ser enfatizados em suas ações educativas.

3.2.2– Caderno do Educando – Nossos Valores – 2000

Este caderno é o primeiro número da coleção “Pra soletrar a liberdade”, lançada em 2000, pelo Setor de Educação do MST para o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e, segundo o texto, apresentam apenas alguns valores do Movimento, aqueles que julgam como mais importantes para a atualidade.

Destacam: Terra, Luta, Trabalho, Embelezamento, Cultura, Vida, A Bandeira do MST, Estudo, Solidariedade, Participação e Ser Sem Terra. Apresentam, ainda, orientações para os educadores e sugestões para aprofundamento.

Na tabela a seguir, destacaremos partes do texto onde se referem às questões relativas à natureza/meio ambiente:

Tabela 06

Ítem	Destques
1. Sobre a Terra e a terra	Os nossos antepassados costumavam dizer que <u>fomos feitos da terra</u> . Não de qualquer terra. Mas do húmus, isto é, da terra fértil. Eles sabiam que <u>da terra nascemos e que delas vivemos</u> . Eles sabiam que para a terra retornamos quando morremos. Eles <u>se sentiam parte da terra, se percebiam como terra</u> . <u>Temos a terra dentro de nós. Somos terra</u> .
	Muitos povos chamam a <u>terra de mãe</u> . A <u>Mãe Terra</u> acolhe em seu ventre a semente para que a vida possa nascer e frutificar. <u>Ela é um organismo vivo. A terra é viva e produz todas as formas de vida</u> .
	Hoje em dia muitos <u>exploram a terra ou a danificam pelas queimadas</u> . Há pessoas que <u>a ferem com cercas</u> , pois não admitem que a terra possa ser partilhada. Outros <u>a envenenam</u> , na ânsia de enricar. Outros <u>a tem como mercadoria</u> e com ela pretendem lucrar.
	Não podemos ser senhores do <u>ambiente</u> . Apenas administradores, encarregados de cuidar. <u>E nós: cuidamos da terra?</u> Temos coragem de vender nossa mãe?
1.1 Terra e raiz ³²	A chuva cai sobre a <u>natureza</u> e a planta cresce gerando <u>riqueza</u>

³² Letra de música composta na I Oficina de Música do MST

	e o trabalhador luta com certeza pra não faltar o pão sobre a nossa mesa.
	<u>Liberdade</u> é pão, é vida Terra-mãe trabalho e amor <u>É o grito da natureza</u> Viola de um cantador.
2. O que podemos fazer?	Começar com uma campanha de <u>coleta de lixo</u> . Depois evitar de ficar jogando o que <u>estraga a terra por aí</u> .
	Evitar de fazer <u>queimadas</u> . Procurar incorporar a palha ao solo.
	Fazer adubação orgânica e adubação verde.
	Despertar em nós a mística pela <u>Terra</u> , o <u>amor pela Terra</u> .
3. Sobre a luta	O povo da terra nunca conseguiu nada de graça. (...) <u>Brota da terra</u> e marcha rumo à cidade para conquistar seus direitos.
4. Sobre o trabalho	É na produção social da nossa vida que nos transformamos. (...) Através do trabalho forjamos novas <u>relações</u> com nossa família, com o <u>ambiente</u> e com a sociedade.
5. Sobre embelezamento	Nossa casa, nosso assentamento ou acampamento tem que ser bonito e agradável. Precisamos viver em <u>harmonia com a natureza</u> . As pessoas têm que achar bonito e se sentir bem. Faz parte dessa <u>beleza</u> a <u>limpeza</u> e a presença de símbolos de nossa organização.
5.1 Sugestões de como embelezar nosso assentamento ou acampamento	3. Organizar a moradia em forma de <u>agrovila</u> . 4. construir praças com <u>árvores e flores</u> em cada <u>agrovila</u> . 5. Plantar <u>flores e árvores</u> frutíferas e de sombra, junto às casas do assentamento como um todo. 6. Produção de <u>horta</u> alimentícia (por família ou de forma coletiva). 7. Produção de <u>hortas medicinais</u> e construção de postos de saúde.
6. Sobre a vida	Aprendemos a refletir sobre a importância de uma <u>convivência harmoniosa</u> . De <u>respeito entre os seres humanos</u> . De <u>sentir-se</u>

	<u>parte da natureza</u> : que beleza!
7. Sobre os valores	<p>Como cultivar os valores:</p> <p>7. Fazendo dos nossos assentamentos e acampamentos símbolos de <u>liberdade e beleza</u>:</p> <p>- <u>plantando árvores</u>;</p> <p>(...)</p> <p>- construindo <u>parques, praças, hortas</u> e principalmente, cultivando-os.</p>

O Caderno do Educando apresenta elementos relevantes à nossa investigação. Destacamos a intenção de sensibilizar o leitor para as questões ambientais através da reaproximação do homem à natureza, quando dizem: “somos feitos de terra”, a “Mãe Terra”. Apresentam também a preocupação com as práticas cotidianas, relacionadas à disposição do lixo, às queimadas, à adubação da terra, à mística - que deve despertar o amor pela Terra e ao trabalho – que forja as relações sociais e com o meio ambiente, assim como, associam ao bem estar a harmonia com a natureza.

3.2.3 Cartilha de Formação das Brigadas – 2005

Esta cartilha tem como objetivo orientar a construção das Brigadas. Entende-se por Brigadas, um grupo de pessoas, uma equipe, formada por famílias assentadas em locais próximos, com o objetivo de dividir melhor as tarefas e organizar coletivamente as ações do Movimento, multiplicando lideranças. A cartilha serve como orientação básica sobre as responsabilidades desses coletivos, as normas, os princípios organizativos, os objetivos e o funcionamento do MST.

No que se refere à função dos setores, às normas, aos compromissos e aos símbolos, encontramos alguns itens relativos às questões ambientais, como destacaremos na tabela a seguir:

Tabela 07

Ítem	Destaques
1. Sobre a função dos setores	<p>SETOR DA FRENTE DE MASSAS</p> <p>- Cuidar da <u>natureza</u>, do <u>lixo</u> e da <u>beleza</u> do acampamento.</p>

	<p>SETOR DE PRODUÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o <u>trabalho educativo para cuidar da terra e da natureza</u> - Produzir <u>sementes e mudas para reflorestar</u> as áreas de assentamento. - Evitar as <u>queimadas</u> e o uso de <u>insumos químicos</u> e desenvolver a <u>agricultura ecológica</u>. - Desenvolver novos valores nas <u>relações sociais e com a natureza</u>.
	<p>SETOR DE SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cuidar e preservar a <u>água</u> para que seja limpa e não corra o risco de contaminação com esgoto e <u>agrotóxicos</u>. - Plantar <u>árvores frutíferas</u> organizando belos pomares em todas as residências e nas áreas comunitárias. - Recolher e enterrar o <u>lixo</u> em lugares onde não afeta o <u>meio ambiente</u>.
	<p>ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Se o assentamento se desenvolve, economicamente, politicamente, socialmente, culturalmente, <u>ecologicamente</u> etc então atenderá a todas as idades.
2. Sobre as normas que precisam respeitar	<p>NORMAS DO MST</p> <p>6) Em cada assentamento se deverá respeitar a manutenção de 20% das áreas de <u>florestas nativas</u> em cada área ou em reservas coletivas.</p> <p>7) É dever de todas as famílias cuidar da <u>terra</u>, evitando <u>queimadas</u> em excesso, uso de <u>venenos e adubos químicos</u> e outros. É dever do MST orientar todas as famílias e ajudá-las a produzir de forma autônoma.</p> <p>14) Cada família deve recolher o <u>lixo</u> e colocá-lo em lugar onde não prejudique o <u>meio ambiente</u>.</p> <p>15) Todas as famílias devem preservar a <u>vegetação nas nascentes</u> e margens dos rios, cuidar para não poluir as <u>águas</u> e plantar <u>árvores</u>.</p>
3. Sobre compromissos que devem assumir	<p>O nosso Movimento sempre se preocupa em lutar pela terra, mas também cuidar dela e da <u>natureza</u>. Por isso entendemos que temos alguns deveres depois de termos a terra conquistada.</p>
	<p>DEVERES DOS TRABALHADORES SEM TERRA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Amar e preservar a terra e os seres da <u>natureza</u>. 2) Aperfeiçoar sempre os nossos conhecimentos sobre a <u>natureza</u> e a agricultura.

	<p>3) Produzir alimentos para eliminar a fome da humanidade. Evitar a <u>monocultura</u>, o uso de <u>venenos e agrotóxicos</u>.</p> <p>4) Preservar a mata existente e <u>reflorestar</u> as áreas.</p> <p>5) Cuidar das nascentes dos rios, açudes e lagos. Lutar <u>contra a privatização da água</u>.</p> <p>6) Embelezar os assentamentos e comunidades plantando flores, <u>ervas medicinais</u>, hortaliças, <u>árvores</u> e construindo parques infantis.</p> <p>7) Tratar adequadamente o <u>lixo</u> e combater qualquer prática de contaminação e agressão e exploração contra a pessoa humana, a comunidade e a <u>natureza</u>.</p> <p>8) Praticar a solidariedade e combater qualquer tipo de injustiça, agressão e exploração contra a pessoa humana a comunidade e a <u>natureza</u>.</p> <p>10) Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as <u>futuras gerações</u>.</p>
	<p>COMPROMISSOS DOS SEM TERRA</p> <p>1) Conscientizar-se que a terra é um bem da <u>natureza</u> que deve estar a serviço de toda a sociedade, e que cada cidadão brasileiro tem direito a trabalhar nela.</p>
<p>4. Sobre o cuidado com os símbolos e gestos</p>	<p>O SIGNIFICADO DA BANDEIRA</p> <p>b) O verde – Representa as <u>florestas</u> que precisamos preservar em todo o país. A esperança da vitória e a defesa do Brasil, de sua soberania e independência.</p>

Nesta Cartilha, as orientações são, basicamente, as mesmas encontradas em documentos anteriores, porém, apresentamos como principais destaques: a orientação relativa ao trabalho educativo para cuidar da terra e da natureza voltada ao setor de produção, a norma de se respeitar a manutenção de 20% das áreas de florestas nativas nos assentamentos e a simbologia da cor verde na bandeira do movimento, que neste documento, agrega o significado das florestas que devem ser preservadas em todo país.

3.2.4 Caderno de Debates nº 1 - 2009

Este caderno já foi mencionado neste relatório, pois contém a mais atual proposta de reforma agrária do MST, a Reforma Agrária Popular. Mas o documento também expõe um balanço, fruto de momentos de reflexão interna do MST, de ações, erros e acertos cometidos

pelo Movimento durante sua trajetória. Apresenta o cenário da disputa de classes na sociedade atual, bem como os novos desafios para a reforma agrária. Portanto, na tabela a seguir, destacaremos partes do texto, fora a proposta, referentes à natureza/meio ambiente.

Tabela 08

Ítem	Destques
1. Apresentação	Empunhamos a bandeira de que a agricultura deve ter como principal objetivo a produção de alimentos saudáveis, livres de <u>agrotóxicos</u> e produzidos com métodos e técnicas que preservem o <u>meio-ambiente</u> , se <u>contrapondo ao modelo agrícola do agronegócio</u> .
2. O contexto da luta de classes	<p>O ESTÁGIO ATUAL DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO</p> <p>Porém, agora a questão agrária também está diretamente relacionada com os trabalhadores que moram na cidade e com as classes médias. Pois a <u>forma do agronegócio produzir</u> agride o <u>meio ambiente</u>, produz apenas alimentos contaminados, provoca êxodo rural e o aumento das favelas, afeta o <u>clima</u> e as condições de vida de todo mundo.</p>
	<p>A CRISE E AS MUDANÇAS NO COMPORTAMENTO POLÍTICO DAS CLASSES</p> <p><u>Contradições do modelo do agronegócio e do capital que se aceleram e criam melhores condições para o desenvolvimento da luta social:</u></p> <p>b) A contaminação dos alimentos pelos <u>agrotóxicos</u>. A população da cidade começa a perceber o aumento das doenças em consequência deles.</p> <p>c) A agricultura industrial baseada na matriz do petróleo, pelo uso de <u>fertilizantes químicos, agrotóxicos</u> e transporte, tem limites.</p> <p>d) Os <u>agro-combustíveis</u> não resolvem o problema de <u>aquecimento global</u> e das <u>mudanças climáticas</u>. Ao contrário, a forma de produzir pelo agronegócio, em <u>monocultura</u>, só agrava. O problema da <u>poluição</u> e do <u>aquecimento</u> está relacionado com o transporte individual nas cidades, que segue aumentando pela sanha do lucro fácil das empresas automobilísticas.</p> <p>e) Essa forma de exploração agrícola está esgotando os <u>recursos naturais</u>. O <u>monocultivo</u> e o uso de <u>agrotóxico</u> estão provocando cada vez mais contradições e consequências perversas na <u>natureza</u>.</p>
	<p>O agronegócio só consegue produzir com muito <u>veneno</u>. O Brasil se transformou o maior consumidor mundial de <u>venenos agrícolas</u>. E a classe média começa a se dar conta disso e migra cada vez mais para o consumo dos produtos <u>orgânicos</u>. Os efeitos perversos no <u>meio ambiente</u>, na qualidade da <u>água</u>, e no <u>clima</u> são cada vez mais perceptíveis. Enfim, o modelo do agronegócio não consegue resolver</p>

	os problemas de produção e os problemas da sociedade brasileira.
	Principais medidas e táticas que <u>eles</u> vêm adotando: Para isso estão investindo agora, em <u>terras</u> , em controle da <u>energia</u> (etanol e hidrelétricas), <u>água</u> , celulose, com <u>monocultivo</u> de grandes extensões de eucalipto. Controle do território da <u>Amazônia</u> e com ele controlar os minérios e a <u>biodiversidade</u> . E seguir ampliando o controle das <u>sementes</u> através da liberação comercial de sementes <u>transgênicas</u> .
	QUAIS SÃO OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MST NESSE NOVO CONTEXTO HISTÓRICO? b) As mudanças que defendemos agora não são apenas na concentração da propriedade da terra. Mas, mais além disso mudanças no modelo de produzir na agricultura que estão descritas no nosso programa de REFORMA AGRÁRIA popular. Uma reforma agrária que priorize a produção de alimentos saídos para nosso povo. A democratização do acesso á terra e a todos os <u>bens da natureza</u> que são de todo povo brasileiro. A democratização das sementes e destruição das sementes <u>transgênicas</u> . A garantia da <u>água</u> como direito de todo cidadão que não pode ser uma mercadoria para dar lucro. Uma mudança na tecnologia de produção agrícola, substituindo os <u>agrotóxicos</u> pela <u>agroecologia</u> . Uma reforma agrária que vai descentralizar a instalação de agroindústrias pro meio rural, na forma de cooperativas.
	AS ALIANÇAS NECESSÁRIAS b) Disputar a hegemonia das idéias nas cidades. Para isso precisamos fazer uma intensa campanha de agitação e propaganda, denunciando os malefícios da forma de produzir do agronegócio, com seus <u>agrotóxicos</u> e agressões ao <u>meio ambiente</u> e propagandear a nossa forma de produzir. <u>Precisamos ganhar os corações e mentes dos aliados da cidade.</u>

Este documento, por se tratar de um dos mais recentes produzidos pelo MST, assim como a Proposta de Reforma agrária Popular, apresenta itens que evidenciam a adesão à causa ambiental, como parte fundamental da principal luta do Movimento – a Reforma Agrária. Destacamos, portanto, a preocupação em deixar claro sua contraposição ao modelo agrícola utilizado pelo agronegócio, que agride o meio ambiente, produz alimentos contaminados, afeta o clima e, assim, as condições de vida de todo o mundo. Anunciam que as mudanças que defendem agora não são mais, apenas, na distribuição fundiária, mas também, na forma de produzir e no acesso aos bens da natureza, bem como, pretendem, através de alianças, disputar a hegemonia das idéias nas cidades, denunciando os malefícios do agronegócio.

4 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE NATUREZA DO/NO MST

Neste capítulo, faremos a análise dos dados destacados no capítulo anterior, iluminados pela discussão realizada nos capítulos referentes à fundamentação teórica, retomando a problemática da pesquisa: qual seria a natureza do MST, mas particularmente, o lugar e as contribuições deste movimento social no atual contexto de crise ambiental - ou civilizatória (SANTOS 2006) – e de como as questões ambientais inserem-se no conjunto de reflexões mais estratégicas do Movimento. Através dessa análise, procuraremos evidenciar o caráter/natureza do MST, bem como, a incorporação de valores ambientais à sua trajetória. Discutiremos, também, a evolução do conceito de natureza/meio ambiente nos documentos sistematizados acima e explicitaremos a maneira como compreendemos tal processo.

Disso, diríamos que, ao abordarmos a categoria natureza/meio ambiente, acreditamos que não se trate, e não a tratamos, como um produto, resultado de uma evolução biológica, separada dos humanos, mas sim, de que há uma co-evolução da natureza e das culturas que nela habitam (LEFF, 2006), e, portanto, sendo coerente com a perspectiva que estamos defendendo. Por isso optamos por buscar o enriquecimento do discurso, no que se refere a tal tema, tanto nos documentos referentes à sua própria natureza, quanto nos documentos produzidos pelo Movimento com o objetivo de auxiliar a formação de sua militância.

Assim, em primeiro, resgato em parte o apresentado, mas já com uma análise/interpretação global do discutido nas partes anteriores.

4.1 Considerações sobre A Natureza *do* MST

Segundo os dados previamente coletados, percebemos que o campo de disputas do Movimento permanece o mesmo - a concentração fundiária - e que seu caráter/natureza política também não muda, se amplia.

Afirmam que sua mobilização é a favor dos pobres do campo, contra o latifúndio. Vemos com clareza a permanência desse panorama e a inclusão de novos elementos, no momento em que se assumem, na seção “QUEM SOMOS” mais recente (2009), destacada na tabela 3, como fruto de lutas políticas anteriores, valorizam o legado deixado por outros movimentos, não apenas do campo mas também por movimentos contra o regime de ditadura militar, negros, índios etc. *“A semente para o surgimento do MST talvez já estivesse lançada quando os primeiro indígenas levantaram-se contra a mercantilização e apropriação pelos*

invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza. (...) Por tudo isso somos herdeiros e continuadores de suas lutas.”

Porém, reafirmam o seu caráter político ao se colocarem como classe trabalhadora, evidenciando aí a luta de classes existente no campo, na qual atuam desde a sua criação. *“E somos também parte das lutas que nos forjaram no nosso nascimento. Do sindicalismo combativo, da liberdade política e das Diretas-Já em 1984...”* (Quem Somos, 2009)

O que podemos observar, quanto à ampliação do caráter do Movimento - a adesão à discussão sobre as questões ambientais, estas, implicadas à sua principal luta, a reforma agrária – é que, a partir do momento em que o “inimigo” deixa de ser apenas o fazendeiro - proprietário de grandes extensões de terra - e passa a ser o agronegócio, fruto de investimentos políticos e econômicos na agricultura, vêm-se diante de novos fatos: mudanças na forma de produzir, aumento da mecanização rural, dependência de crédito financeiro, uso massivo de insumos e defensivos químicos, uso de sementes transgênicas – com sua aquisição vinculada à venda pelas multinacionais. Percebem então a internacionalização dos obstáculos para que se implemente a reforma agrária que almejam como podemos ver na seção “Quem Somos” de 2009:

Assim, a luta por Reforma Agrária foi se tornando cada vez mais internacional, porque os empecilhos para a democratização do acesso à terra não estavam apenas no Brasil – no Estado ou nas ações dos latifundiários – mas eram também parte dos movimentos do capital financeiro internacional. E a resposta à globalização da miséria, veio na forma da globalização da luta... (MST, 2009)

Entendem que a tudo isso, está atrelado o aumento da exploração e degradação dos recursos naturais, devido à demanda comercial favorável principalmente à exportação, o que requer cada vez mais produção para atender ao mercado internacional (principal cliente deste modo de produção), gerando riqueza apenas para os adeptos do agronegócio e ameaçando a qualidade dos alimentos que abastecem os mercados locais, assim como, a permanência do homem no campo e a soberania nacional. Sobre a ampliação de sua luta, ainda na seção “Quem Somos” de 2009, afirmam: *“Para finalmente realizarmos uma Reforma Agrária verdadeira em nosso país, é preciso agora enfrentar o agronegócio e os interesses do capital internacional.”*

Vêm-se cada vez mais excluídos do mercado e passam a combater, não apenas a concentração fundiária, mas também, esse modo de produzir que visa o lucro, independente dos danos causados ao meio ambiente. Assim, aderem à luta ambiental, clamando por um

novo modelo de desenvolvimento para o campo que promova, além da justiça social, a preservação ambiental, como forma de combater as facilidades desfrutadas pelos “inimigos” para agradar a economia e assim, permanecerem incólumes, livres de qualquer tentativa de mudança, afinal, do ponto de vista econômico, este é o modelo que representa crescimento.

Nas resoluções do IV e V Congresso essa incorporação aparece de forma mais clara. Sabemos que um dos objetivos desses eventos é traçar as linhas políticas que serão adotadas pelo Movimento, daquele momento em diante, e que tais linhas serão os norteadores das ações do MST. Com base nesse objetivo, podemos dizer que tais resoluções definem as prioridades da luta do Movimento e refletem o contexto político de determinada época (a qual se realizou o evento), pois, é através dessas linhas que preparam as estratégias de ação, visando alcançar seus objetivos, que devem de estar em consonância com as dificuldades da realidade a ser enfrentada.

Citam o combate à produção transgênica, propõem a viabilização de novas tecnologias que venham garantir a sustentabilidade ambiental na agricultura, o bem estar social, e a necessidade da viabilização econômica para que tais mudanças ocorram:

Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro. (...) Desenvolver linhas políticas e ações concertas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem esta social. (Resoluções do IV Congresso - Tabela 01).

Ressaltam a importância de se incentivar novos valores na sociedade, fomentando a solidariedade e o debate acerca de questões relativas ao meio ambiente, integrando-as à luta pela reforma agrária. Reconhecem como ação solidária e transformadora a distribuição de mudas nas cidades, explicitando a necessidade de reintegração entre sociedade e natureza, campo e cidade, para a construção dos novos valores. Inserem questões relativas à natureza/meio ambiente no debate a cerca da reforma agrária, assim como defendem a importância desse debate não apenas nos assentamentos, mas também nas escolas, e ressaltam a necessidade da ação política para realização de tais projetos, como podemos ver no item 04 da tabela 01, referente às resoluções do IV Congresso, ao falarem de seus objetivos: *“Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando*

em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.”

Nas propostas de reforma agrária, percebemos a evolução das reflexões em torno da problemática ambiental muito claramente, visto que, na primeira proposta, de 1984, nada foi mencionado sobre tal aspecto, apenas pensava-se em “alternativas”, mas sem especificá-las. Já na proposta de 1995, nos deparamos com um discurso elaborado sobre o tema natureza/meio ambiente. Deixam clara a intenção de preservar e recuperar os bens da natureza (matas, mananciais) como forma de proporcionar às famílias um ambiente mais favorável para se viver. Sobre as medidas a serem tomadas em relação ao meio ambiente, propõem:

Estabelecer um programa ambiental para as áreas reformadas, buscando a reeducação dos assentados em sua relação com o ambiente, em vistas a ampliar a área de mata, conservar as áreas nativas, os mananciais e embelezar o assentamento, melhorando as condições de vida das famílias assentadas. (Proposta de Reforma Agrária de 1995 – Tabela 04)

Sugerem, ainda, mudanças tecnológicas e econômicas, para que isso aconteça, mencionando a necessidade de se pensar na produção de energias alternativas, implementação de agrovilas, reeducação dos assentados para que se relacionem, de forma menos degradante, com a natureza e a necessidade de apoio financeiro para realização de tais projetos. Propõem o controle sobre a extração de madeira e outros recursos disponíveis nas áreas de assentamento, campanhas contra queimadas e planos de manejo dos recursos florestais. Sobre a criação de um fundo e o que este deve financiar, destacamos na tabela 04:

Constituir um fundo para financiar, nos assentamentos que se encontram áreas de boa preservação ambiental, os “Guardiões da Natureza” (assentados que receberiam treinamento específico para essas atividades), a) plantio de essências florestais que gerem no futuro uma renda às famílias assentadas; b) fomentar, orientar, capacitar e investir em experiências-piloto de turismo rural; c) Incentivar a produção de produtos florestais não madeiráveis (PFNM) e a agrofloresta.

Enfim, observamos que, onze anos depois da primeira proposta, discorrem de forma fluente sobre as questões relativas à natureza/meio ambiente em suas propostas de reforma agrária.

Em 2009, a proposta de Reforma Agrária Popular afirma, de forma decisiva, a ampliação da natureza do MST ao colocar em seus objetivos gerais o combate à desigualdade social e à degradação da natureza, reconhecidas como fruto do modelo de apropriação da terra e de produção no campo, evidenciando, portanto, o caráter socioambiental do Movimento.

“Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;” (Proposta de Reforma Agrária Popular, 2009 – Tabela 05).

Sendo assim, entendemos que a natureza política do MST, se amplia a partir do momento que percebem-se no centro de um debate determinante, quando a negação dos prejuízos causados ao meio ambiente, prática corriqueira de seus oponentes – hoje o agronegócio - apresenta-se como fraqueza. Deste modo passam a incluir em seus objetivos a produção de alimentos livre de transgênicos e agrotóxicos e mostram a produção agroecológica como alternativa, então, agregam à natureza de sua luta aspectos favoráveis à preservação dos recursos naturais, propondo um outro modelo de produção que apela, não apenas à forma de distribuição da terra, mas também, aos cuidados que se deve ter com a Terra. Continuam chamando atenção para a necessidade da ação política para viabilizar o desenvolvimento - fundado no tripé: econômico, social e ambiental - que permita a continuidade e melhor qualidade da produção agrícola, afim de garantir a soberania alimentar do povo brasileiro. Sobre os deveres do Estado, contidos em tal proposta, destacamos na Tabela 05:

O estado deve desenvolver instrumentos de política agrícola voltada para os interesses do povo. a) O estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola, como garantia de preços, crédito, fomento à transição e consolidação da produção agro-ecológica, seguro, assistência técnica, armazenagem, etc, prioritariamente para o cumprimento desse programa de reforma agrária.

As mudanças no discurso, das propostas e sobre as estratégias, do MST, que vão definindo sua natureza, ocorrem numa linha de tempo, datas, que se observarmos, estão em sintonia com o desenrolar do debate mundial sobre a crise ambiental. Ou seja, não podemos dizer que houve mudança na sua natureza e sim, a preparação necessária para o enfrentamento dos desafios impostos por mudanças históricas, como um exercício de resiliência, onde a natureza se adapta para seguir existindo.

4.2 Considerações sobre A Natureza *no* MST

Diante dos documentos de formação e educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, observamos a evolução no tratamento das questões ambientais. Podemos

dizer que no Caderno de Educação nº 8, reescrito em 1996 para responder às novas demandas do Setor de Educação, sobre o que cabe em nossa pesquisa, mencionam apenas a necessidade de se educarem com valores humanistas e socialistas, e dentre esses valores, apontam a “sensibilidade ecológica e o respeito ao meio ambiente”.

Já na cartilha “Nossos Valores” de 2000, utilizam uma linguagem poética, visando a sensibilização do educando. Para isso, o texto ressalta a integração e interdependência do homem com a natureza. Através dessa linguagem, estimulam uma relação afetiva com a Terra, vista como provedora da vida e da terra – geradora de riqueza, alimento e liberdade - às quais devem cuidar, desmontando a visão do homem dominador da natureza. Sobre isso, destacamos na tabela 06:

Os nossos antepassados costumavam dizer que fomos feitos da terra. Não de qualquer terra. Mas do húmus, isto é, da terra fértil. Eles sabiam que da terra nascemos e que delas vivemos. Eles sabiam que para a terra retornamos quando morremos. Eles se sentiam parte da terra, se percebiam como terra. Temos a terra dentro de nós. Somos terra. (...)Hoje em dia muitos exploram a terra ou a danificam pelas queimadas. Há pessoas que a ferem com cercas, pois não admitem que a terra possa ser partilhada. Outros a envenenam, na ânsia de enricar. Outros a tem como mercadoria e com ela pretendem lucrar. Não podemos ser senhores do ambiente.

Propõem a coleta de lixo, o combate às queimadas e o não uso de agrotóxicos nas atividades, cotidianas e de produção, dos assentados. Defendem o trabalho como principal meio de produção social, para tanto, este deve oportunizar novas relações entre os humanos e destes com o meio ambiente, transformando a natureza e a si mesmos. “*É na produção social da nossa vida que nos transformamos. (...) Através do trabalho forjamos novas relações com nossa família, com o ambiente e com a sociedade.*” (Destaque da tabela 06). Associam à liberdade, à beleza, e ao bem estar, a harmonia com a natureza que, dizem, pode ser encontrada em agrovilas, através do plantio de árvores, flores, construção e preservação de parques, praças, etc. Estes seriam recursos gerais afim de conseguirem estabelecer uma convivência harmoniosa, de respeito, entre os humanos e destes com a natureza, que os ajudaria a reconhecerem-se como parte dela.

A cartilha sobre o “Funcionamento das Brigadas”, de 2005, se apresenta de forma mais estratégica, optando por definir as responsabilidades de cada “frente”. Para a frente de massas ficam determinados os cuidados com a natureza e o lixo, associados à beleza, que representa, como no documento anterior, a sensação de bem estar que pretendem proporcionar nos assentamentos e acampamentos. Aos responsáveis pela produção ficam os cargos de

desenvolver trabalhos educativos que proporcionem o aprendizado de cuidados com a terra e com natureza. Estimular ações de reflorestamento, procurar evitar queimadas, uso de agrotóxicos e incentivar a produção agroecológica, agregando novos valores nas relações sociais e com a natureza. Sobre as funções do Setor de Produção, destacamos na tabela 08:

“- Desenvolver o trabalho educativo para cuidar da terra e da natureza; - Produzir sementes e mudas para reflorestar as áreas de assentamento; - Evitar as queimadas e o uso de insumos químicos e desenvolver a agricultura ecológica; - Desenvolver novos valores nas relações sociais e com a natureza.”

Em relação à saúde, há a preocupação com a não contaminação da água, a disposição do lixo e o plantio de árvores frutíferas. Buscam a permanência do homem no campo através da frente de organização da juventude, pois acreditam que estimular o desenvolvimento, econômico, político, social, cultural e ecológico do campo, ajuda a cativar os jovens, evitando o êxodo rural.

No quesito sobre as normas do MST, determinam que devem ser conservados 20% de florestas nativas nos assentamentos. Trazem também, como norma, o cuidado com a terra, evitando queimadas, uso de adubos e defensivos químicos, a correta disposição do lixo, e a preservação da vegetação e das nascentes. Assumem e propõem, como compromissos, a luta pela terra e os cuidados com esta e com a natureza, conforme destaque na tabela 08: *“O nosso Movimento sempre se preocupa em lutar pela terra, mas também cuidar dela e da natureza. Por isso entendemos que temos alguns deveres depois de termos a terra conquistada.”*

Nos deveres, inserem-se o amor e a preservação da terra e dos bens da natureza, assim como, o compromisso de expandir os conhecimentos sobre natureza e a agricultura. Incentivam o uso de ervas medicinais como forma de valorização do “natural”, que reaproxima o homem da natureza, reaproximação para que possam ser solidários entre si e com a natureza, lutando contra injustiças e agressões, afim de assegurar a ocupação da terra, mencionada como um bem supremo, para as futuras gerações e, portanto, jamais deve ser vendida.

Sobre os símbolos, cultivados como mantenedores dos ideais, nos chamou atenção o significado da cor verde estampada na bandeira. Nesta cartilha, atribuem a essa cor a representação das florestas que devem preservar em todo país quando, anteriormente, na cartilha “Nossos Valores”, de 2000, atribuíam o significado da esperança de vitória a cada latifúndio que conquistavam. Destacamos na tabela 08: *“O verde – Representa as florestas que precisamos preservar em todo o país. A esperança da vitória e a defesa do Brasil, de sua*

soberania e independência.”

O “Caderno de Debates nº1”, de 2009 – último documento ao qual tivemos acesso – já traz, na sua apresentação, ampliação do objetivo principal da agricultura, que seria a produção livre de agrotóxicos, visando a preservação ambiental, contrapondo-se ao modelo do agronegócio, como podemos observar na tabela 09: *“Empunhamos a bandeira de que a agricultura deve ter como principal objetivo a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e produzidos com métodos e técnicas que preservem o meio-ambiente, se contrapondo ao modelo agrícola do agronegócio.”*

Expandem o contexto da luta de classes, vinculando à questão do campo a da cidade, argumentando sobre os malefícios urbanos causados pelo êxodo rural, promovido pelas disputas no campo. Assim como, o prejuízo causado pela forma de produzir adotada pelo agronegócio, ao meio ambiente e ao consumidor das cidades, evidenciando, deste modo, um novo palco de disputas:

Porém, agora a questão agrária também está diretamente relacionada com os trabalhadores que moram na cidade e com as classes médias. Pois a forma do agronegócio produzir agride o meio ambiente, produz apenas alimentos provoca êxodo rural e o aumento das favelas, afeta o clima e as condições de vida de todo mundo. (Tabela 08)

Debatem sobre essas contradições, no modelo de produção do agronegócio, afirmando que afetam o comportamento político das classes (ou seja, a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, o uso excessivo do petróleo na produção - transporte, aditivos, a questão das mudanças climáticas - atreladas à monocultura) pois são temas debatidos nos meios rural e urbano. Ressaltam os aspectos negativos do atual modelo de exploração agrícola – o agronegócio, que devasta o meio ambiente e está promovendo o esgotamento dos recursos naturais e percebem que a classe média, predominante nas cidades, ao questionar este modelo, tem optado por alimentos produzidos de maneira mais saudável, os orgânicos. Segundo afirmam sobre a crise e as mudanças no comportamento político das classes:

Contradições do modelo do agronegócio e do capital que se aceleram e criam melhores condições para o desenvolvimento da luta social:
 b) A contaminação dos alimentos pelos agrotóxicos. A população da cidade começa a perceber o aumento das doenças em consequência deles.
 c) A agricultura industrial baseada na matriz do petróleo, pelo uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e transporte, tem limites.
 d) Os agro-combustíveis não resolvem o problema de aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao contrário, a forma de produzir pelo agronegócio, em monocultura, só agrava. O problema da poluição e do

aquecimento está relacionado com o transporte individual nas cidades, que segue aumentando pela sanha do lucro fácil das empresas automobilísticas.
 e) Essa forma de exploração agrícola está esgotando os recursos naturais. O monocultivo e o uso de agrotóxico estão provocando cada vez mais contradições e conseqüências perversas na natureza. (Tabela 08)

Denunciam o controle que as multinacionais estão tomando do nosso território apoderando-se dos recursos naturais, quando não em seu fim, em seu uso, e aos poucos, vem introduzindo seus produtos em diversas áreas, alimentos, combustíveis, etc.

Diante deste novo contexto, ambiental e de classes, apresentam novos objetivos estratégicos, onde propõem, não apenas mudanças na forma de distribuição da terra, mas também no modo de produzir, com foco nos alimentos sadios (livres de transgênicos e agrotóxicos), através do modelo agroecológico. Ressaltam a importância da democratização da terra agregada à justa distribuição de todos os bens da natureza e enfatizam a necessidade de “ganhar os corações e mentes dos aliados da cidade”, para isso propõem alianças, conforme destacamos na tabela 08:

Disputar a hegemonia das idéias nas cidades. Para isso precisamos fazer uma intensa campanha de agitação e propaganda, denunciando os malefícios da forma de produzir do agronegócio, com seus agrotóxicos e agressões ao meio ambiente e propagandear a nossa forma de produzir. Precisamos ganhar os corações e mentes dos aliados da cidade

Sobre o Projeto de Reforma Agrária Popular, que já analisamos na fase anterior, e é parte integrante deste documento, destacamos aqui os itens sobre autonomia e educação popular, que sugerem a inclusão do olhar ambiental no que deve ser ensinado, tanto em relação à produção quanto ao consumo, afirmam:

O projeto de reforma agrária popular se articulará pelo menos em torno de 4 eixos: a) autonomia; b) resistência c) Educação e d) Poder popular.

3.1 Autonomia Popular

Os planos de produção estarão voltados para as prioridades e regionais de abastecimento, considerando a sanidade dos alimentos, o cuidado com a ecologia e a preservação da água.

3.2 A educação popular

A educação atingirá primeiramente as áreas do conhecimento básico e avançará para o nível superior, mas se dará integrado com o meio ambiental, social, econômico e político. Educar-se-á para produzir, mas também para consumir alimentos e bens de uso e, para sentir através da arte, da literatura onde os sujeitos da ação passam ser os mesmos sujeitos da expressão verbal e não verbal. (Tabela 08)

Deste modo, compreendemos que o Movimento, ao ampliar sua natureza, como vimos

no item anterior, pretende ampliar também o seu campo de debate.

Percebemos que, assim como nos documentos políticos, os documentos de formação expandem seu discurso, agregam novas questões, novos conceitos, atualizam-se. Como vimos, as propostas de aprendizado sugeridas pelos documentos, apresentam dois momentos importantes. No primeiro momento, em 2005, atrelam ao setor de produção a responsabilidade pelas ações educativas, relativas aos cuidados com a natureza. Já no segundo momento, em 2009, essa menção é feita de forma mais generalizada, ao tratarem da educação popular. É ali que inserem o viés ambiental da/na educação.

Sendo assim, dizemos que é perceptível a intenção de formar a militância para o enfrentamento político da questão agrária, mas, como essa questão, hoje, é reconhecida pelo movimento como uma questão, também, socioambiental, tratam de difundir valores ecológicos em seus ensinamentos, trazendo à sua militância a oportunidade de refletir sobre as mudanças, no contexto histórico mundial, que devem ser absorvidas e contextualizadas na luta, já que teve seu campo de disputas expandido com a inserção de novos elementos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de queremos esgotar o assunto, chegamos às considerações finais. Aqui, podemos dizer que, no que se refere à ampliação da natureza/caráter do MST, relembramos as afirmações de JACOBI (2003), PELICIONI (2004) e PORTO-GONÇALVES (2001), quando, ao se referirem ao movimento ambientalista, associam-no à construção da cidadania visando diminuir as desigualdades sociais causadas pela degradação ambiental, integrando-se a outros movimentos sociais, no nosso caso, vemos o MST participando deste processo. PORTO – GONÇALVES (2005) alerta para a *re-configuração* da questão agrária com o surgimento das sementes transgênicas, puxando os movimentos sociais do campo para o cerne do debate sobre as questões ambientais. SOUZA (2004) ressalta que essas mudanças, integrações, de certa forma, facilitadas com os avanços tecnológicos obtidos no século XX, proporcionam uma facilidade enorme de troca de informações e articulações nacionais e internacionais. Portanto, percebemos que, a ampliação da natureza do Movimento faz parte de um processo maior, onde as demandas sociais, antes tratadas apenas com políticas compensatórias, desvinculadas de outras questões, hoje, estão caminhando ao lado das ambientais e para atender uma delas é preciso dar conta de ambas.

Sobre a concepção de natureza no MST, ao analisarmos os passos de sua construção, lembramos de SANTOS (2006) e sua proposta de revisão dos paradigmas. DUARTE (1995) também nos apontou que o conceito de natureza muda de acordo com a evolução das sociedades, LEFF (2006) nos fala sobre a racionalidade ambiental, que vem sendo construída através da história, a partir das relações sociais e da produtividade econômica e CARVALHO (2003) ressalta que as concepções de natureza mudam conforme a produção de novas culturas. Por todo o caminho que percorremos, vimos a presença das três naturezas que nos apresentou MACHADO (2009), a natureza física, a Terra – e os recursos naturais, a natureza humana – nós, humanos, e a natureza produzida – aquela proveniente da relação e interação entre as outras duas, produtos e subjetividade.

Sendo assim, podemos considerar a ampliação da natureza/caráter do MST como um processo, fruto das necessidades trazidas por fatores históricos, determinantes ao nosso tempo e que a concepção de natureza no Movimento vem sendo formada na tentativa de corresponder às demandas sociais que se apresentam.

Destacamos a intencionalidade educativa do MST ao inserir, de forma insistente, as questões ambientais em seus documentos, tanto os políticos quanto os de formação, e a finalidade provocativa dessas ações que, conforme o conteúdo que analisamos, vem

instigando a explicitação das contradições sociais e ambientais decorrentes do modo de produção capitalista, porém não está livre de suas próprias contradições.

Vimos como estratégia de ação, objetivos, derrubar a credibilidade das grandes indústrias agrícolas, principalmente as multinacionais, apontando suas falhas, denunciando o que fazem de errado, que prejuízos causam à saúde humana e ao meio ambiente, mostrando como alternativa uma outra forma de produzir, menos prejudicial, agregando valor às suas ações em confronto com o agronegócio. Desta forma, o próprio MST, enquanto movimento em movimento, se torna um sujeito social como os que pretende formar, sujeito capaz de repensar a realidade e se colocar à frente nos processos de transformação.

Porém, não podemos deixar de salientar a necessidade de realizarem e divulgarem projetos concretos onde estas alternativas estão sendo postas em prática, pois suas contribuições tratam de uma questão essencial. Envolvem a proposição, e prática, de alternativas apontando superar dificuldades que põem em risco a sobrevivência de uma parcela significativa da população, cujos problemas refletem em toda a sociedade, tendo em vista a dependência da produção de alimentos – em quantidade e qualidade satisfatórias - e, portanto, a condição e permanência da vida, não apenas humana.

Também não podemos deixar passar despercebido que, a intenção principal do MST ainda é a Reforma Agrária, que proporcione a valorização do espaço rural, com melhoria no transporte, educação, moradia, geração de renda etc. e percebemos que, a inserção de valores ambientais em sua natureza, de forma melhor articulada, foi se dando à medida que apresentaram-se como requisito necessário para um debate ideológico maior, de reestruturação das sociedades como um todo. Para tanto, é preciso que continuem, como vem sendo, abertos ao diálogo, à reflexão de suas práticas e fundamentos, capazes de se reinventar, pois caso essas mudanças venham a ocorrer, junto com elas virão novas necessidades, e também problemas, por isso se faz necessário que estejam preparados, com seus valores e práticas bem fundamentados, lembrando que o mesmo movimento que nos empurra pra frente é o que faz as contradições aparecerem. A percepção da realidade e a evolução de suas concepções se apresentam como fatores fundamentais para a qualificação de suas ações, para que não fiquem fadados à repetição de modelos que hoje condenam e condenamos.

Espero que a realização dessa pesquisa tenha colaborado para o esclarecimento a respeito das questões levantadas, assim como contribuiu coma a minha formação enquanto educadora ambiental, me proporcionando um aprofundamento teórico sobre tais questões, durante o processo de investigação, principalmente as relacionadas à ampliação da natureza

de um movimento social, que avalio como o principal no cenário nacional, e, portanto, espero que tenha êxito no desempenho do seu papel diante das transformações societárias que estamos vivenciando, enquanto sujeitos sociais, que, organizados, fortalecem a sociedade civil, trazendo à tona a possibilidade de reivindicar direitos, explicitar as contradições existentes na sociedade, e assim, encontrar maneiras possíveis de influenciar as formulações e execuções das políticas públicas.

Ao chegarmos até aqui, concluímos que o caminho para as mudanças que vislumbramos não são fáceis, mas ao mesmo tempo, devido ao momento histórico que vem se configurando, como momento de crise – econômica, social e ambiental, estão sendo abertos. E ainda, vislumbramos a continuidade dos nossos estudos visando um maior aprofundamento acerca das práticas de formação realizadas pelo Movimento, de forma participativa, para que possamos fundir nossa teoria à prática, almejando contribuir, de maneira sensível com o curso desse caminho.

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. Disponível em <<http://agapan.blogspot.com> l> Acesso em 01 nov. 2008.

BATISTA, Aguinaldo da Silva [et al.] Em: PALUDO, Conceição; THIEIS, Vanderlei Franck (org.) *Desenvolvimento do Campo em Construção*. FUNDEP. Ijuí: Unijuí, 2008.

Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento Sem Terra*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo*. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Marcos de. *O que é Natureza*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CIANDRINI, Fernanda. *O Sujeito Ecológico e o MST*. Pernambuco: CEFETPE, 2007. Monografia, Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, 2007

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida. *A Pedagogia Marxista e a pedagogia do MST*. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/01/407445.shtml>> Acesso em 04 jan. 2008.

DIAS, Denise Gamiio [et al.] Em: SOLER, CP, MACHADO, Carlos RS, GAUTÉRIO, Daiane Teixeira et al. (org.) *A cidade sustentável e o desenvolvimento humano na América Latina: temas e pesquisas*. Rio Grande: FURG, 2009.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. *Marx e a Natureza em O Capital*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1995.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em <http://www.cpfac.embrapa.br/pdf/mnj_flor_nmade.pdf> Acesso em 11 jan. 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
_____. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GLOSSÁRIO AMBIENTAL. Disponível em
<<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteudo=/glossario/a.html>>

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GUIMARÃES, Roberto P. *A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento*. Em: VIANA, Gilnei; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo; (Org). *O Desafio da Sustentabilidade – Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

JACOBI, Pedro. *Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas*. Em: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.

KRÜGER, Eduardo L. *Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 4, p. 37-43, jul./dez. 2001. Editora da UFPR

LEFF, Enrique. *La Ecología Política en America Latina – Um Campo en construcción*. Em: ALIMONDA, Hector (Org). *Los tormentos de la materia: Aportes para una ecología política latinoamericana*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006. ISBN: 987-1183-37-2

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajectoria e fundamento da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

LÖWY, Michael. *Os piores cenários possíveis*. *Revista Le Monde Diplomatique Brasil*, p.6, Dezembro, 2009. Edição nº 29. São Paulo: Instituto Pólis.

MACHADO, Eliel . *MST e neoliberalismo: avanços, limites e contradições da luta pela terra no Brasil*. Em: CARRERA, N. I.; MAYA, M. L.; CALVEIRO, P. (Org.). *Luchas contra hegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Em ANTUNES, Rivardo (org.). *A Dialética do Trabalho - escritos e Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*; tradução por Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2007.

_____. *A ideologia alemã*; tradução por Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Mortorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina; STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990* (v.5). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORRONE, Eduardo Corrêa. *A Natureza em Marx e Engels*. Rio Grande – RS, 2007.

PELICIONI, Andrea Focesi. *Trajetória do Movimento Ambientalista*. Em: Curso de Gestão Ambiental / Arlindo Philippi Jr., Marcelo de Andrade Roméro, Gilda Collet Bruna, editores. – Barueri, SP: Manole, 2004. – (Coleção Ambiental; 1).

PORTO- GONÇALVES, Carlos Walter. *Os movimentos sociais diante da reorganização societária em curso*. Em: VIANA, Gilnei; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo; (Org). *O Desafio da Sustentabilidade – Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST*. En: OSAL : Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 200 - ISSN 1515-3282
Disponível em < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/AC16PortoG.pdf>>

_____. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIGOTA, Marcos. *O que é Educação Ambiental*. Barueri, SP: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. cap. I

_____. *Um Discurso Sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2006.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. *Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUZA, Maria Antônia de. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas*. Coimbra, 2004 Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>> Acesso em 02 set. 2008.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960* (v.1). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *A questão agrária no Brasil: Propostas de reforma agrária 1946-2003* (v.3). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *A questão agrária no Brasil: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964* (v.4). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEDILE, Miguel Henrique. *O RS vive um estado de exceção*. Revista Caros Amigos, p. 30, janeiro 2010. Edição nº 154. São Paulo: Casa Amarela.

STRAZZACAPPA, Cristina. *A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST*. São Paulo: Moderna, 1999.

TAKS, Javier. *Um olhar antropológico sobre a questão ambiental* MANA 10(2):323-348, 2004

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Utopística ou As decisões Históricas do Século Vinte e Um*. Petrópolis: Vozes, 2003.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 5, n. 2, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 set. 2009. doi: 10.1590/S1414-753X2003000200003.

BIBLIOGRAFIA ANALISADA

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Nossos Valores – Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio - Caderno do educando*. São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA, 2000.

_____. *O Funcionamento das brigadas do MST*. Setor de Formação. São Paulo, 2005

_____. *Princípios da Educação no MST número 8*. 3ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2002.

_____. *Quem Somos*. Disponível em < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1>>. Acesso em: 11 abr. 2007.

_____. *Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000*. Disponível em < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4179> > Acesso em 02 nov. 2008.

_____. *Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST – 2007*. Disponível em < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4178> > Acesso em 02 nov. 2008.

_____. *Caderno de debate nº1: Os desafios da luta pela reforma agrária popular e do MST no atual contexto*. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2009.

_____. *Quem Somos*. Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso em 12 de set. 2009.